

GRUPO MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

REUNIÃO DO ÓRGÃO EXECUTIVO
de 19 / 06 / 2024

Deliberação - Aprovado por:

Unanimidade

Majoria

4 ABSTENÇÕES

X 3 VOTOS A FAVOR

O Secretário do Órgão Executivo

SESSÃO DO ORGÃO DELIBERATIVO

de 18 / 6 / 2024

Deliberação

POR UNANIMIDADE

Unanimidade, com 2 votos favoráveis, 0 abstenções e 0 votos contrários. A deliberação foi aprovada por unanimidade.

1º Secretário

1º Delegado

1

ÍNDICE

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Introdução	Pág.01
Relatório de gestão consolidado	Pág.04
Balanço consolidado	Pág.24
Demonstração consolidada de resultados por natureza	Pág.26
Demonstração consolidada das alterações no património líquido	Pág.27
Demonstração consolidada de fluxos de caixa	Pág.28
Anexo à demonstração consolidada de fluxos de caixa	Pág.29
Anexo às demonstrações financeiras consolidadas	Pág.31

DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS

Demonstração consolidada de desempenho orçamental	Pág.69
Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza	Pág.70
Demonstração consolidada de dívidas a terceiros por antiguidade de saldos	Pág.71
Nota explicativa às demonstrações orçamentais consolidadas	Pág.72

OUTROS DOCUMENTOS

Certificação Legal de Contas
Relatório e Parecer do Revisor Oficial de Contas

INTRODUÇÃO

As competências e objetivos atribuídos aos Municípios em Portugal obrigam que as autarquias encontrem soluções para corresponder às exigências na prestação de serviços públicos.

Como tem vindo a acontecer em anos anteriores e por decisão dos Órgãos Executivos, foi decidido manter uma estrutura empresarial dentro da esfera da administração autárquica no concelho de Castelo Branco, contando para o efeito com os Serviços Municipalizados de Castelo Branco e com as empresas municipais Albigec – Gestão de Equipamentos Culturais, Desportivos e de Lazer, EM/SA, que sempre foi detida pelo Município na sua totalidade e o CATAA – Centro de Apoio Tecnológico Agro - alimentar de Castelo Branco, no qual o Município detém uma participação de 94%.

Pela aplicação da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro (Lei das Finanças Locais - LFL), anterior à criação da empresa municipal, foi instituída a obrigatoriedade de prestação de contas consolidadas para os municípios que detivessem participações na totalidade do capital das empresas municipais e serviços municipalizados. Porém, de acordo com as orientações da Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), não existia na data de publicação da LFL um normativo contabilístico para as autarquias que permitisse elaborar contas consolidadas, pelo que estas não poderiam cumprir com esta disposição legal.

Posteriormente, com a publicação da Portaria n.º 474/2010, de 1 de julho, que aprova a Orientação n.º 1/2010, relativa à Consolidação de Contas para o Setor Público Administrativo, onde se incluem os municípios, estabeleceram-se princípios orientadores e requisitos a contar no processo de consolidação de contas. Adicionalmente foram publicadas pelo Subgrupo de Apoio Técnico da Aplicação do POCAL (SATAPOCAL) a 28 de abril de 2011, instruções relativas à aplicação da consolidação de contas nos municípios.

Em 2013 é publicado pela Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI) que adensa os critérios e perímetros da consolidação de contas, n.º 1 do artigo 75º, mas que para efeitos de prestação de contas consolidadas no Grupo Municipal de Castelo Branco não implicou qualquer alteração, pois já adotava o pressuposto da Orientação n.º 1/2010, de alargamento do perímetro a todas as entidades onde exerceesse controlo.

Em 2020, com a adoção do novo Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, em 2020, a Norma de Contabilidade Pública (NCP) 22 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, veio estabelecer os princípios para a preparação e apresentação de demonstrações financeiras consolidadas de um grupo público com vista a apresentar a sua situação financeira, o desempenho e os fluxos de caixa como de uma única entidade se tratasse.

A mesma norma define ainda que, uma entidade que controle uma ou várias entidades, deve apresentar demonstrações financeiras consolidadas.

CONTAS CONSOLIDADAS 2023



O método de consolidação aplicado é o método integral. Este método consiste na integração dos diferentes elementos que constam das demonstrações financeiras individuais das empresas consolidadas no balanço e demonstração de resultados da empresa consolidante.

Após esta integração, são eliminadas todas as operações intra grupo, ou seja, operações entre as entidades que compõem o perímetro de consolidação.

As presentes contas, para além dos já habituais balanços consolidados, demonstração de resultados consolidada, fluxos de caixa consolidados e os anexos às demonstrações financeiras consolidadas, integram agora também um relatório de gestão consolidado, a demonstração das alterações no património líquido consolidado e a relação nominal dos responsáveis do órgão da entidade consolidante.

Entre entidade consolidante CMCB e a entidade consolidada SMCM, é elaborado a demonstração consolidada da execução orçamental da receita e da despesa (DDORC, DOREC e DODES).

No quadro seguinte, estão reunidos os três grandes agregados do balanço (Ativo, Passivo e Património Líquido) e os Resultados do Exercício de 2023 das quatro entidades, bem como os respetivos valores consolidados:

Entidade	Ativo Total	Passivo	Património Líquido	Resultado do Exercício
Câmara Municipal de Castelo Branco	419 647 562,78 €	21 278 213,84 €	398 369 348,94 €	-6 445 390,33 €
Serviços Municipalizados de Castelo Branco	110 980 857,89 €	60 671 437,20 €	50 309 420,69 €	-1 757 256,33 €
Albigec - Gestão de Equipamentos Culturais, Desportivos e de Lazer, EM/SA	1 026 125,85 €	327 748,54 €	698 377,31 €	147 404,06 €
CATAA - Centro de Apoio Tecnológico Agro-Alimentar de Castelo Branco	2 591 074,75 €	229 049,51 €	2 362 025,24 €	2 868,11 €
Consolidado	480 773 444,03 €	82 258 135,05 €	398 515 308,98 €	-6 622 712,98 €

De referir que o quadro acima apenas visa proporcionar uma comparação proporcional do peso relativo que, cada uma das entidades no perímetro da consolidação, apresenta nas demonstrações consolidadas, não correspondendo assim à soma aritmética para os dados consolidados, pois o quadro não reflete os movimentos de consolidação registados.

Verifica-se assim que as contas consolidadas permanecem próximas dos valores das contas do Município, ou seja, isto significa que o peso relativo das contas dos SMCB, especialmente no caso da Albigece e CATAA é reduzido no universo das contas do grupo Município, não afetando de modo significativo, à exceção do passivo, devido ao peso dos SMCB relativamente às restantes entidades.

CONTAS CONSOLIDADAS 2023



Nos pontos seguintes é apresentada uma breve análise da evolução orçamental e financeira do grupo municipal, procurando evitar-se uma repetição da análise efetuada nas contas individuais da câmara municipal e das entidades municipais.

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

1 - Caraterização da Entidade Consolidante

Município de Castelo Branco
Praça do Município
6000-458 Castelo Branco
NIF: 501 143 530

Composição do Órgão Executivo a 31/12/2023:

Presidente:
Leopoldo Martins Rodrigues

Vereadores:
Ana Teresa Vaz Ferreira
Hélder Manuel Guerra Henriques
João Manuel Ascensão Belém
Jorge Manuel Carrega Pio
Luís Manuel dos Santos Correia
Patrícia Margarida dos Santos Carvalheiro Coelho

Órgão de Fiscalização:
Rosa Lopes Gonçalves Mendes & Associados SROC, Lda.

Sistema aplicável de Contabilidade:
Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas – SNC-AP

Data referência da Prestação de Contas:
31 de dezembro de 2023

Estado das contas individuais do exercício:
Aprovadas

Tipo de Entidade:
Município

2 – Entidades Participadas incluídas no Perímetro de Consolidação
PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO


Entidade Participada		Tipo de Entidade	Morada	Capital Social (€)	Participação			Valor escrutado no final de 2023 (€)
Denominação	N.I.P.C.				Valor nominal subscrito (€)	%	Valor nominal realizado (€)	
Serviços Municipalizados de Castelo Branco	680017640	Serviços Municipalizados	Ax Nuno Álvares, n° 32 - n/c, 6000-063 Castelo Branco	22 066 789,09 €	22 066 789,09 €	100,00%	22 066 789,09 €	50 309 420,69 €
Albigec - Gestão de Equipamentos Culturais, Desportivos e de Lazer, E.M., S.A.	505715449	EM / SA	Praça do Município - Edifício da Câmara Municipal 6000-458 Castelo Branco	50 000,00 €	50 000,00 €	100,00%	50 000,00 €	698 377,31 €
CATAA - Associação Centro de Apoio Tecnológico Agro-Alimentar de C. Branco	509526678	Associação Privada sem fins lucrativos / Utilidade Pública	Zona Industrial - Rua A, 6000-459 Castelo Branco	50 000,00 €	47 000,00 €	94,00%	47 000,00 €	2 220 303,73 €
Total								53 228 101,73 €

Acresce também que o Município detém outras participações onde não existe relação de controlo e de domínio, que foram relevadas contabilisticamente pelo método do custo.

De acordo com as regras instituídas para a consolidação de contas, foi utilizado o método de consolidação integral para as empresas Albigec - Gestão de Equipamentos Culturais, Desportivos e de Lazer, EM/SA, e CATAA – Centro de Apoio Tecnológico Agro - Alimentar de Castelo Branco, distinguindo-se o valor dos interesses minoritários, no caso da CATAA, e foi adotado o método de consolidação por agregação de saldos com os Serviços Municipalizados de Castelo Branco.

Em termos de anulação das operações internas intra grupo procedeu-se à sua anulação em 100% em todos os casos. No caso específico da CATAA considerou-se que, sendo detida em 94%, a anulação das operações em 100% sem reconhecimento de interesses minoritários nestas anulações não prejudicará a leitura e interpretação das demonstrações financeiras consolidadas, até porque a maior parte do montante respeita ao Contrato-Programa, montante este totalmente da responsabilidade do Município.

CONTAS CONSOLIDADAS 2023



3 – Entidades Participadas excluídas do Perímetro de Consolidação

Entidade Participada		Tipo da Entidade	Morada	Capital Social (€)	Participação			Valor escriturado no final de 2023 (€)
Denominação	N.I.P.C.				Valor nominal subscrito (€)	%	Valor nominal realizado (€)	
Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M.S.A.	504475808	EM / SA	Av. Prof. Dr. Cavaco Silva, 11 2740-120 Porto Salvo	3 236 678,67 €	24 950,00 €	0,77%	24 950,00 €	24 950,00 €
Valnor – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	505255090	S.A.	Centro Integrado de Valoração e Tratamento de Resíduos Sólidos - Herdade da Marinha 7440-352 Figueira e Barros	10 000 000,00 €	599 719,00 €	6,00%	599 719,00 €	599 719,00 €
Fundo de Apoio Municipal	513319182	Outras Pessoas Coletivas de Direito Público	Rua Gregório Lopes, Lote 1514 R/c 1400-195 Lisboa	650 000 000,00 €	1 236 294,00 €	0,19%	1 236 294,00 €	1 236 294,00 €
Total								1 860 963,00 €

4 – Caracterização das Entidades incluídas na Consolidação

Serviços Municipalizados de Castelo Branco (SMCB)

Avenida Nuno Álvares – Edifício dos SMAS, n.º 32
6000-083 Castelo Branco
NIF: 680 017 640

Composição dos Órgãos sociais:

Conselho de Administração:

Presidente:

Leopoldo Martins Rodrigues

Vogais:

Hélder Manuel Guerra Henriques

Sónia Cristina Cristóvão Mexia

Administradora:

Sónia Cristina Cristóvão Mexia

Órgão de fiscalização: Rosa Lopes Gonçalves Mendes & Associados SROC, Lda.

Sistema aplicável de Contabilidade: Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas – SNC-AP

Tipo de Entidade: Serviços Municipalizados

Data referência da Prestação de Contas: 31 de dezembro de 2023

Estado das contas individuais do exercício: Aprovadas

Capital/participação detida: 100%, totalmente de forma direta

CONTAS CONSOLIDADAS 2023



Número médio de trabalhadores, repartidos por situação:

	2021	2022	2023
Total de Trabalhadores Permanentes	133	137	150
Total de Trabalhadores Temporários	0	0	0
Outras Situações	1	3	1
Total de Trabalhadores	134	140	151

Motivo da inclusão no perímetro de consolidação: São serviços municipalizados, e tal como referido no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, são de inclusão obrigatória.

Método Consolidação aplicado: Simples Agregação

Albiqec - Gestão de Equipamentos Culturais, Desportivos e de Lazer, EM/SA
Praça do Município - Edifício da Câmara Municipal
6000-458 Castelo Branco
NIF: 505 715 449

Composição do Conselho de Administração:

Presidente:
Leopoldo Martins Rodrigues

Vogais:
Fernando Manuel Raposo
Hélder Manuel Guerra Henriques

Órgão de fiscalização: Rosa Lopes Gonçalves Mendes & Associados SROC, Lda.

Sistema aplicável de Contabilidade: Sistema de Normalização Contabilística - SNC

Tipo de Entidade: Empresa Municipal

Data referência da Prestação de Contas: 31 de dezembro de 2023

Estado das contas individuais do exercício: Aprovadas

Capital/participação detida: 100%, totalmente de forma direta

CONTAS CONSOLIDADAS 2023



Número médio de trabalhadores, repartidos por situação:

	2021	2022	2023
Total de Trabalhadores Permanentes	31	35	41
Total de Trabalhadores Temporários	34	30	28
Total de Trabalhadores	65	65	69

Motivo da inclusão no perímetro de consolidação: É uma empresa municipal detida a 100%, e tal como referido no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, é de inclusão obrigatória dado que existe controlo da entidade pelo município.

Método Consolidação aplicado: Integral

CATAA – Centro de Apoio Tecnológico Agro-Alimentar de Castelo Branco

Zona Industrial - Rua A
6000-459 Castelo Branco
NIF: 509 528 678

Composição dos Órgãos sociais:

Assembleia Geral

Presidente da Mesa: António Augusto Cabral Marques Fernandes, em representação do associado Instituto Politécnico de Castelo Branco.
1.º Secretário: Odete Catarina Gonçalves, em representação do associado InovCluster.
2.º Secretário: Rosa Maria Correia Bonacho, em representação do associado Município de Castelo Branco.

Direção

Presidente: Leopoldo Martins Rodrigues, em representação do associado Município de Castelo Branco.
Vogal: Patrícia Margarida dos Santos Carvalheiro Coelho, em representação do associado Município de Castelo Branco.
Vogal: António Tavares Carmona Mendes, em representação do associado InovCluster.

Conselho Fiscal

Presidente: Luís Manuel do Carmo Farinha em representação do associado Instituto Politécnico de Castelo Branco.
Francisco José Alveirinho Correia – em representação do associado Município de Castelo Branco.
José Jesus Gonçalves Mendes - em representação da sociedade revisora de contas Rosa Lopes Gonçalves Mendes & Associados SROC, Lda.

CONTAS CONSOLIDADAS 2023



A 27 de julho de 2023 realizou-se o ato eleitoral, seguido da tomada de posse em 4 de agosto de 2023 e 9 de outubro de 2023, os Órgãos Sociais passaram a ser constituídos da seguinte forma:

Assembleia Geral

Presidente da Mesa: António Augusto Cabral Marques Fernandes, em representação do associado Instituto Politécnico de Castelo Branco.

1.º Secretário: Elisabete Gil, em representação do associado InovCluster.

2.º Secretário: Célia Ferreira, em representação do associado Município de Castelo Branco.

Direção

Presidente: Leopoldo Martins Rodrigues, em representação do associado Município de Castelo Branco.

Vogal: Patrícia Margarida dos Santos Carvalheiro Coelho, em representação do associado Município de Castelo Branco.

Vogal: António Tavares Carmona Mendes, em representação do associado InovCluster.

Conselho Fiscal

Presidente: Ricardo Filipe Gonçalves Batista em representação do associado Instituto Politécnico de Castelo Branco.

Francisco Roque Lourenço – em representação do associado Município de Castelo Branco.

José Jesus Gonçalves Mendes - em representação da sociedade revisora de contas Rosa Lopes Gonçalves Mendes & Associados SROC, Lda.

Órgão de fiscalização: Rosa Lopes Gonçalves Mendes & Associados SROC, Lda.

Sistema aplicável de Contabilidade: Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas – SNC-AP

Durante 2023 a CATAA efetuou os registos contabilísticos com base no referencial contabilístico Sistema de Normalização Contabilística – Entidades do Setor não Lucrativo - SNC – ESNL, no entanto pelo facto de estar obrigada à adoção do SNC-AP, por ter sido reclassificada pelo INE, a entidade procedeu, com as limitações descritas nas suas contas individuais à conversão das suas contas para SNC-AP, ainda sem poder aplicar a parte da contabilidade orçamental.

Tipo de Entidade: Associação Tecnológica Científica e de Formação, sem fins lucrativos e de natureza privada

Data referência da Prestação de Contas: 31 de dezembro de 2023

Estado das contas individuais do exercício: Aprovadas

Capital/participação detida: 94%, totalmente de forma direta

CONTAS CONSOLIDADAS 2023



Número médio de trabalhadores, repartidos por situação:

	2021	2022	2023
Total de Trabalhadores Permanentes	23	24	23
Total de Trabalhadores Temporários	3	1	0
Total de Trabalhadores	26	25	23

Motivo da inclusão no perímetro de consolidação: É uma Associação sem fins lucrativos detida a 94%, e tal como referido no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, é de inclusão obrigatória dado que existe controlo da entidade pelo município.

Método Consolidação aplicado: Consolidação Integral.

5 - Caracterização das Entidades Participadas excluídas do Perímetro de Consolidação

Municípia – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação S.A.

Avenida Professor Dr. Cavaco Silva, Edifício Ciência II, N.º 11 – 3ºB
Taguspark
2740-120 Porto Salvo
NIF: 504475606

Sistema aplicável de Contabilidade: Sistema de Normalização Contabilística - SNC

Tipo de Entidade: Sociedade Anónima de capitais maioritariamente públicos

Data referência da Prestação de Contas: 31 de dezembro de 2023

Capital/participação detida: 0,77%, totalmente de forma direta

Motivo da exclusão do perímetro de consolidação: Para além da participação ser de valor reduzido (0,77%), não havendo assim qualquer poder de controlo/decisão significativo, manteve-se o seu registo pelo método do custo histórico.

Alguns dados acerca desta entidade:

- Capital: 3.236.678,67 € (detidos: 24.950,00€)
- Capital Próprio a 31.12.2023: 3.279.297,63€
- Resultado líquido de 2023: - 820.474,69€

CONTAS CONSOLIDADAS 2023



VALNOR – Valorização de Resíduos Sólidos, S.A.

Centro Integrado de Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos
Herdade das Marrãs
7480-352 Figueira e Barros
NIF: 505255090

Sistema aplicável de Contabilidade: Sistema de Normalização Contabilística - SNC

Tipo de Entidade: Sociedade Anónima

Data referência da Prestação de Contas: 31 de dezembro de 2023

Capital/participação detida: 6%, totalmente de forma direta

Motivo da exclusão do perímetro de consolidação: Como o valor de participação é reduzido (6%), não havendo assim qualquer poder de controlo/decisão significativo, manteve-se o seu registo pelo método do custo histórico.

Alguns dados acerca desta entidade:

Capital Social: 10.000.000,00€ (detidos 599.719,00€)

Águas do Vale do Tejo

Rua Dr. Francisco Pissarra de Matos, nº. 21, r/ch
6300-693 Guarda
NIF: 513606130

Sistema aplicável de Contabilidade: Sistema de Normalização Contabilística

Tipo de Entidade: Sociedade Anónima de capitais maioritariamente públicos

Data referência da Prestação de Contas: 31 de dezembro de 2023

Capital/participação detida: 3,93%, detida pelos SMCB

Motivo da exclusão do perímetro de consolidação: A percentagem de participação tem um valor reduzido (3,93%), não havendo assim qualquer poder de controlo/decisão significativo, sendo que esta entidade pertence ao SEE (Sector Empresarial do Estado).

Alguns dados acerca desta entidade:

- **Capital Social:** 83.759.578,00 € (detidos 3.294.000,00€)
- **Capital Próprio a 31.12.2023:** 21.395.221,00€
- **Resultado líquido de 2023:** 975.621,95€

CESAB – Centro de Serviços do Ambiente

Zona Industrial Ponte de Viadores
3050-481 Mealhada
NIF: 502883308

Sistema aplicável de Contabilidade: Sistema de Normalização Contabilística - SNC

Tipo de Entidade: Associação sem fins lucrativos de direito privado

CONTAS CONSOLIDADAS 2023



Data referência da Prestação de Contas: 31 de dezembro de 2023
Capital/participação detida: 3,02%, detida pelos SMCB

Motivo da exclusão do perímetro de consolidação: Como o valor de participação é reduzido (3,02%), não havendo assim qualquer poder de controlo/decisão significativo, manteve-se o seu registo pelo método do custo histórico.

Alguns dados acerca desta entidade:

- **Capital Social:** 745.000.000€ (detidos 22.500,00€)
- **Capital Próprio a 31.12.2023:** 968.987.21,00€
- **Resultado líquido de 2023:** 55.941,21€

6 – Recursos humanos do grupo público

Quer o Município quer as empresas municipais contam com um conjunto de colaboradores de forma a atenderem à prossecução das suas atividades da forma mais eficiente possível.

Em 31-12-2023 o grupo público tinha 790 colaboradores ao serviço.

Entidade	Vínculo	N.º Trabalhadores	
Câmara Municipal de Castelo Branco	Trabalhadores Permanentes	538	547
	Trabalhadores Temporários	1	
	Outras Situações	8	
Serviços Municipalizados de Castelo Branco	Trabalhadores Permanentes	150	151
	Trabalhadores Temporários	0	
	Outras Situações	1	
Albigec - Gestão de Equipamentos Culturais, Desportivos e de Lazer, EM/SA	Trabalhadores Permanentes	41	69
	Trabalhadores Temporários	28	
CATAA - Centro de Apoio Tecnológico Agro-Alimentar de Castelo Branco	Trabalhadores Permanentes	23	23
	Trabalhadores Temporários	0	
Total			790

7.- Identificação e fundamentação de todos os movimentos extra contabilísticos efetuados para efeitos de consolidação de 2023

7.1 – Serviços Municipalizados de Castelo Branco

Lançamento 1

Conta(s) a Débito:	Valor(es) a Débito:	Conta(s) a Crédito:	Valor(es) a Crédito:
511	22 066 789,09 €	41111	50 309 420,69 €
551	1 339 035,77 €	6852	1 757 256,33 €
5521	1 921 435,18 €	561	28 813 849,92 €
5713	53 458 728,73 €		
5931	2 094 538,17 €		
Somatório:		Somatório:	
80 880 526,94 €		80 880 526,94 €	

Descrição: Anulação da participação na CMCB e do Fundo Patrimonial dos SMCB

Lançamento 2

Conta(s) a Débito:	Valor(es) a Débito:	Conta(s) a Crédito:	Valor(es) a Crédito:
2251	47 844,54 €	2111	77 014,88 €
27229	82 653,09 €	27219	82 653,09 €
2211	318,65 €		
122	28 851,69 €		
Somatório:		Somatório:	
159 667,97 €		159 667,97 €	

Descrição: Anulação de saldos e contas correntes entre a CMCB e SMCB (Água, tarifas sociais e outros)

CONTAS CONSOLIDADAS 2023



Lançamento 3

Conta(s) a Débito:	Valor(es) a Débito:	Conta(s) a Crédito:	Valor(es) a Crédito:
751132	217 169,57 €	60133	217 169,57 €
7883	105 375,15 €	561	105 375,15 €
Somatório:		Somatório:	
322 544,72 €		322 544,72 €	

Descrição:

Anulação dos montantes relativos a tarifas sociais e proveitos de subsídios atribuídos pelo Município no passado

Lançamento 4

Conta(s) a Débito:	Valor(es) a Débito:	Conta(s) a Crédito:	Valor(es) a Crédito:
720301	245 191,94 €	6243	769 938,93 €
720302	189 624,22 €		
720399	122 300,26 €		
7112	192 444,52 €		
561	20 377,99 €		
Somatório:		Somatório:	
769 938,93 €		769 938,93 €	

Descrição:

Anulação de gastos e rendimentos relacionados com a água e conexos (cálculos efetuados com uma taxa média de 2,72% de IVA)

CONTAS CONSOLIDADAS 2023



7.2 – Albigeo - Gestão de Equipamentos Culturais, Desportivos e de Lazer, E.M., S.A.

Lançamento 5

Conta(s) a Débito:	Valor(es) a Débito:	Conta(s) a Crédito:	Valor(es) a Crédito:
78891	2 955,25 €	27219	2 955,25 €
Somatório:	2 955,25 €	Somatório:	2 955,25 €
Descrição:	Regularização de acréscimo registado pela Albigeo em 2023		

Lançamento 6

Conta(s) a Débito:	Valor(es) a Débito:	Conta(s) a Crédito:	Valor(es) a Crédito:
75119	349 386,54 €	60236	349 386,54 €
Somatório:	349 386,54 €	Somatório:	349 386,54 €
Descrição:	Anulação Contrato Programa 2023 da Albigeo (Isento de Iva)		

Lançamento 7

Conta(s) a Débito:	Valor(es) a Débito:	Conta(s) a Crédito:	Valor(es) a Crédito:
7883	15 000,00 €	561	15 000,00 €
Somatório:	15 000,00 €	Somatório:	15 000,00 €
Descrição:	Anulação dos montantes relativos a proveitos de subsídios atribuídos pelo Município no passado		

CONTAS CONSOLIDADAS 2023



Lançamento 8

Conta(s) a Débito:	Valor(es) a Débito:	Conta(s) a Crédito:	Valor(es) a Crédito:
511	50 000,00 €	41111	698 377,31 €
551	11 200,00 €		
5521	50 000,00 €		
5713	274 746,64 €		
5931	100 147,82 €		
561	37 090,11 €		
2789291	27 788,68 €		
7851	147 404,06 €		
Somatório:	698 377,31 €	Somatório:	698 377,31 €

Descrição:

Anulação da participação na CMCB e dos Capitais Próprios na Albigec

Lançamento 9

Conta(s) a Débito:	Valor(es) a Débito:	Conta(s) a Crédito:	Valor(es) a Crédito:
27229	89 709,08 €	2111	110 342,17 €
561	20 633,09 €		
Somatório:	110 342,17 €	Somatório:	110 342,17 €

Descrição:

Regularização de faturação emitida pela Albigec ao Município, e que foi integralmente anulada por esta entidade em 2024 por via de emissão de nota de crédito, tendo especializado o efeito da mesma nas suas contas de 2023

CONTAS CONSOLIDADAS 2023



7.3 – CATAA – Associação Centro de Apoio Tecnológico Agro - Alimentar de Castelo Branco

Lançamento 10

Conta(s) a Débito:	Valor(es) a Débito:	Conta(s) a Crédito:	Valor(es) a Crédito:
75119	321 385,60 €	60136	321 385,60 €
Somatório:	321 385,60 €	Somatório:	321 385,60 €
Descrição:			
Anulação do Contrato Programa 2023 da CATAA (Isento de IVA)			

Lançamento 11

Conta(s) a Débito:	Valor(es) a Débito:	Conta(s) a Crédito:	Valor(es) a Crédito:
511	47 000,00 €	41111	2 220 303,72 €
5713	1 787 022,21 €		
7851	2 696,02 €		
561	383 585,49 €		
Somatório:	2 220 303,72 €	Somatório:	2 220 303,72 €
Descrição:			
Anulação da Participação Financeira (94%) na CMCB e dos Capitais Próprios na CATAA			

CONTAS CONSOLIDADAS 2023



Lançamento 12

Conta(s) a Débito:	Valor(es) a Débito:	Conta(s) a Crédito:	Valor(es) a Crédito:
511	3 000,00 €	27899	141 721,51 €
561	24 281,66 €		
5931	114 267,77 €		
27899	172,08 €		
Somatório:	141 721,51 €	Somatório:	141 721,51 €
Descrição:	Reconhecimento dos Interesses Minoritários (6%) na CATAA		

Lançamento 13

Conta(s) a Débito:	Valor(es) a Débito:	Conta(s) a Crédito:	Valor(es) a Crédito:
75119	74 582,40 €	561	74 582,40 €
7203999	114,26 €	6813	114,26 €
Somatório:	74 696,66 €	Somatório:	74 696,66 €
Descrição:	Anulação dos montantes relativos a proveitos de subsídios atribuídos pelo Município no passado, regularizações de outras pequenas verbas		

CONTAS CONSOLIDADAS 2023



Lançamento 14

Conta(s) a Débito:	Valor(es) a Débito:	Conta(s) a Crédito:	Valor(es) a Crédito:
7212	174,26 €	6269	214,33 €
561	40,07 €		
Somatório:	214,33 €	Somatório:	214,33 €
Descrição:	Lançamento do pagamento da fatura emitida pelo CATAA à CMCB		

CONTAS CONSOLIDADAS 2023



8.- Informações relativas ao endividamento consolidado de médio e longo prazo, de curto prazo e dívida bruta consolidada

Endividamento consolidado de médio e longo prazos

Código / designação das contas a)	Dívidas a terceiros de médio / longo prazos b)					Eliminação de créditos / dívidas reciprocas	Grupo público consolidado
	Município de Castelo Branco	Serviços Municipalizados	Albigec	CATAA	Total		
1	2	3	4	5	6=2+3+4+5	7	8=6-7
Financiamentos obtidos	824 173,25 €				824 173,25 €		824 173,25 €
Outras contas a pagar							0,00 €
Total	824 173,25 €				824 173,25 €		824 173,25 €

a) A desagregar de acordo com as rubricas do balanço consolidado relativos às dívidas a terceiros - médio e longo prazos.

b) A desdobrar de acordo com as entidades abrangidas pelo perímetro de consolidação.

Endividamento consolidado de curto prazo

Código / designação das contas a)	Dívidas a terceiros de curto prazo b)					Eliminação de créditos / dívidas reciprocas	Grupo público consolidado
	Município de Castelo Branco	Serviços Municipalizados	Albigec	CATAA	Total		
1	2	3	4	5	6=2+3+4+5	7	8=6-7
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	11 904,65 €				11 904,65 €		11 904,65 €
Fornecedores	2 033 777,54 €	280 344,92 €	63 375,45 €	9 747,95 €	2 387 245,86 €	48 163,19 €	2 339 082,67 €
Estado e outros entes públicos	263 848,87 €	67 897,49 €	34 729,49 €	23 082,64 €	389 558,49 €		389 558,49 €
Financiamentos obtidos	494 417,40 €				494 417,40 €		494 417,40 €
Fornecedores de investimentos	709 564,52 €	83 534,47 €	0,00 €	0,00 €	793 098,99 €		793 098,99 €
Outras contas a pagar c)	1 562,82 €	407 798,91 €	30 656,34 €	5 440,74 €	445 458,81 €	200 150,85 €	245 307,96 €
Total	3 515 075,80 €	839 575,79 €	128 761,28 €	38 271,33 €	4 521 684,20 €	248 314,04 €	4 273 370,16 €

a) A desagregar de acordo com as rubricas do balanço consolidado relativos às dívidas a terceiros de curto prazo.

b) A desdobrar de acordo com as entidades abrangidas pelo perímetro de consolidação.

c) Não inclui os montantes de acréscimo (conta 272).

CONTAS CONSOLIDADAS 2023



Dívida Bruta Consolidada

Entidades Relevantes	Total das dívidas a terceiros do balanço a 31-12-2023				DÍVIDA BRUTA	Eliminação de créditos/dívidas reciprocas			DÍVIDA BRUTA CONSOLIDADA
	MLP	CP	FAM	Operações Não Orçamentais		Débito (-)	Crédito (+)	Lançamento	
	1	2	3	4		5=1+2+3+4	6	7	
Município	824 173,25 €	3 515 075,80 €	0,00 €	2 645,01 €	4 336 004,04 €	48 163,19 €			4 384 767,23 €
SMCB		839 575,79 €		384 258,81 €	455 316,98 €				455 316,98 €
Albigec		128 781,28 €			128 781,28 €				128 781,28 €
Catas		38 271,33 €			38 271,33 €				38 271,33 €
TOTAL	824 173,25 €	4 521 684,20 €	0,00 €	386 903,82 €	4 958 953,63 €	48 163,19 €	0,00 €		5 007 116,82 €

9.- Informações sobre saldos e fluxos financeiros

Tipo de Fluxo	Município de Castelo Branco									
	Obrigações / pagamentos					Direitos / recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações constituidas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos constituidos no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos do exercício	Saldo Final
1	2	3	4	5	6=2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências					0,00 €					0,00 €
Subsídios		677 090,34 €		677 090,34 €	0,00 €					0,00 €
Empréstimos					0,00 €					0,00 €
Relações comerciais	232 024,21 €	1 056 106,69 €	323 332,93 €	816 834,78 €	48 163,19 €		140,54 €		140,54 €	0,00 €
Participações do capital em numerário					0,00 €					0,00 €
Participações do capital em espécie					0,00 €					0,00 €
Outros		289 891,57 €		289 891,57 €	0,00 €					0,00 €
Total	232 024,21 €	2 223 097,80 €	323 332,93 €	2 083 823,99 €	48 163,19 €		140,54 €		140,54 €	0,00 €

Tipo de Fluxo	Serviços Municipalizados de Castelo Branco									
	Obrigações / pagamentos					Direitos / recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações constituidas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos constituidos no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos do exercício	Saldo Final
1	2	3	4	5	6=2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências					0,00 €					0,00 €
Subsídios					0,00 €		206 327,20 €		206 327,20 €	0,00 €
Empréstimos					0,00 €					0,00 €
Relações comerciais					0,00 €	243 830,75 €	823 734,85 €	212 990,78 €	887 566,76 €	77 914,88 €
Participações do capital em numerário					0,00 €					0,00 €
Participações do capital em espécie					0,00 €					0,00 €
Outros					0,00 €					0,00 €
Total	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	243 830,75 €	1 140 061,85 €	212 990,78 €	1 093 869,98 €	77 914,88 €

CONTAS CONSOLIDADAS 2023



Tipo de fluxo	Abitac - Gestão de Equipamentos Culturais, Desportivos e de Lazer, E.M., S.A.									
	Obrigações / pagamentos					Direitos / recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações constituidas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos constituidos no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos do exercício	Saldo Final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências					0,00 €					0,00 €
Subsídios					0,00 €		349 386,54 €	0,00 €	349 386,54 €	0,00 €
Empréstimos					0,00 €					0,00 €
Relações comerciais					0,00 €	0,00 €	110 342,17 €	110 342,17 €		0,00 €
Participações do capital em numerário					0,00 €					0,00 €
Participações do capital em espécie					0,00 €					0,00 €
Cobertura de Prejuízos					0,00 €		289 891,57 €		289 891,57 €	0,00 €
Total	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	746 630,26 €	110 342,17 €	639 278,11 €	0,00 €

Tipo de fluxo	CATAA - Associação Centro de Apoio Tecnológico Agro-Alimentar de Castelo Branco									
	Obrigações / pagamentos					Direitos / recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações constituidas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos constituidos no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos do exercício	Saldo Final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências					0,00 €					0,00 €
Subsídios					0,00 €		321 386,60 €		321 386,60 €	0,00 €
Empréstimos					0,00 €					0,00 €
Relações comerciais	0,00 €	140,54 €	0,00 €	140,54 €	0,00 €	0,00 €	214,33 €		214,33 €	0,00 €
Participações do capital em numerário					0,00 €					0,00 €
Participações do capital em espécie					0,00 €					0,00 €
Outros					0,00 €					0,00 €
Total	0,00 €	140,54 €	0,00 €	140,54 €	0,00 €	0,00 €	321 386,93 €	0,00 €	321 386,93 €	0,00 €

CONTAS CONSOLIDADAS 2023



BALANÇO CONSOLIDADO

ATIVO

Rúbricas	Notas	Datas	
		31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	329 605 334,95 €	348 853 941,33 €
Propriedades de investimento	8	13 089 056,67 €	13 380 708,15 €
Ativos intangíveis	3	503 428,39 €	394 238,53 €
Ativos biológicos			
Participações financeiras	18	5 180 695,06 €	5 180 521,89 €
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Acionistas/sócios/associados			
Diferimentos			
Outros ativos financeiros	18	10 139,19 €	12 999,73 €
Ativos por impostos diferidos			
Clientes, contribuintes e utentes			
Outras contas a receber		143 691,30 €	167 977,14 €
		348 532 345,56 €	367 990 386,77 €
Ativo corrente			
Inventários	10	1 590 781,13 €	1 216 269,45 €
Ativos biológicos			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		208 904,88 €	163 180,29 €
Devedores por empréstimos donificados e subsídios reembolsáveis			
Clientes, contribuintes e utentes	9	1 230 686,85 €	1 050 626,17 €
Estado e outros entes públicos		79 086,48 €	81 327,05 €
Acionistas/sócios/associados			
Outras contas a receber	9	10 564 141,02 €	12 407 125,60 €
Diferimentos		377 996,05 €	307 068,58 €
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos	1	118 189 502,06 €	121 664 205,14 €
		132 241 098,47 €	136 889 802,28 €
Total do Ativo		480 773 444,03 €	504 880 189,05 €

**BALANÇO CONSOLIDADO
PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO**

Rúbricas	Notas	Datas	
		31/12/2023	31/12/2022
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	18	56 400 132,98 €	62 817 956,48 €
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas	18	7 069 534,63 €	7 069 534,63 €
Resultados transitados	18	271 602 074,93 €	285 539 364,97 €
Ajustamentos em ativos financeiros	18		-27 543,22 €
Excedentes de revalorização			
Outras variações no Património Líquido	18	69 924 691,81 € 404 996 434,35 €	72 793 111,21 € 428 192 424,07 €
Resultado líquido do período	18	-6 622 712,98 €	-5 440 292,64 €
Dividendos antecipados			
Interesses que não controlam			
Total do Património Líquido		398 515 308,98 €	422 908 809,72 €
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	15	26 536 639,24 €	22 141 042,28 €
Financiamentos obtidos	7	824 173,25 €	1 312 061,96 €
Fornecedores de investimentos			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Diferimentos			
Passivos por impostos diferidos			
Fornecedores			
Outras contas a pagar			
		71 821 697,29 €	67 950 888,63 €
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos		11 904,65 €	4 931,30 €
Fornecedores		2 339 082,67 €	3 944 476,72 €
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes			
Estado e outros entes públicos			
Acionistas/sócios/associados			
Financiamentos obtidos	7	389 558,49 €	363 950,25 €
Fornecedores de investimentos			
Outras contas a pagar			
Diferimentos			
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
		0,00 €	0,00 €
		10 436 437,76 €	14 020 490,70 €
Total do Passivo		82 258 135,05 €	81 971 379,33 €
Total do capital próprio e do Passivo		480 773 444,03 €	504 880 189,05 €

CONTAS CONSOLIDADAS 2023



DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS POR NATUREZA

Rendimentos e Gastos	Notas	Períodos	
		31/12/2023	31/12/2022
Impostos, contribuições e taxas	13/14/23	11 723 974,37 €	11 602 757,20 €
Vendas	13/23	2 875 067,06 €	2 749 270,80 €
Prestações de serviços e concessões	13/23	11 500 973,45 €	11 616 636,42 €
Rendimentos/Gastos Imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	23	69 665,15 €	
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	24 868 156,09 €	23 203 751,93 €
Variação nos inventários da produção		108 028,83 €	
Trabalhos para a própria entidade	13	72 627,80 €	102 233,20 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-3 903 281,69 €	-3 839 559,13 €
Fornecimentos e serviços externos	23	-20 254 142,88 €	-20 582 740,98 €
Gastos com o pessoal	23	-16 456 159,24 €	-14 070 354,06 €
Transferências e subsídios concedidos		-8 898 873,63 €	-7 903 471,12 €
Prestações sociais			
Imparidade de Inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	23	118 391,98 €	-201 798,74 €
Provisões (aumentos/reduções)		-2 712 523,70 €	-1 851 334,69 €
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	13/14	13 119 047,83 €	13 721 870,12 €
Outros gastos	23	-1 532 917,75 €	-1 398 968,36 €
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento		10 696 033,87 €	13 148 292,61 €
Gastos/reversões de depreciações e amortização	3/5	-18 386 117,61 €	-18 714 911,08 €
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		-7 690 083,94 €	-5 566 618,47 €
Juros e rendimentos similares obtidos	13	1 116 694,86 €	151 188,09 €
Juros e gastos similares suportados	7	-44 958,22 €	-27 367,49 €
Resultados antes de impostos		-6 618 347,30 €	-5 442 797,87 €
Imposto sobre o rendimento		-4 365,68 €	2 505,23 €
Resultado líquido do período		-6 622 712,98 €	-5 440 292,64 €
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da entidade-mãe			
Interesses que não controlam			
		-6 622 712,98 €	-5 440 292,64 €

CONTAS CONSOLIDADAS 2023



DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

Descrição	Habita	Capital patrimonial realizado	Otros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Reservas da descrição de capital social	Outras reservas	Reservado transitório	Ajustamentos em activos financeiros	Variações da velocização	Outras variações no património líquido	Realização liquidação exercício	Total	Internação que não contabilizam	Total dos capitais próprios	
Posição no Início do Período	1	16	€2 617 956,48 €	7 059 534,63 €				205 539 364,97 €	-27 543,22 €		72 703 111,21 €	-5 440 292,64 €	422 752 131,43 €	156 678,29 €	4 229 016 809,72 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Promissária adopção de novo referencial contabilístico								-410 961,80 €				-410 961,80 €		-410 961,80 €	
Alterações de políticas contabilísticas								199 131,61 €				199 131,61 €		199 131,61 €	
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras															
Revisão do ascendente de realização de activos									-3 072 702,45 €				-3 072 702,45 €		-3 072 702,45 €
Titularizações e subtituições de capital															
Excedente de realização de reservas variáveis								-6 248 678,57 €	-278 875,11 €		140 817,54 €	6 535 120,10 €	146 364,00 €	146 364,00 €	
Outras alterações reconhecidas no património líquido								-5 460 510,56 €	-278 875,11 €		0,00 €	-2 931 884,91 €	0,555 120,14 €	0,00 €	
														-3 146 150,44 €	
Realizado Líquido do Período	3														
$4 = 2 + 3$		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €					-4 022 374,49 €	-4 022 374,49 €	-4 022 374,49 €	
Realizado Integral ^a												0,00 €		0,00 €	
OPERAÇÕES COM DE TENTORES CAPITAL PERÍODO															
Realizações de capital/património															
Entradas para cobertura de perdas															
Outras operações															
5															
$6 = 1 + 4 + 5$															
Subtotal assim movimentadas com consolidação		50 400 132,98 €	0,00 €	7 059 534,63 €	0,00 €	270 902 013,93 €	0,00 €	-306 418,33 €	0,00 €	69 816 041,57 €	-4 957 546,99 €	398 930 357,79 €	0,00 €	398 930 357,79 €	
MOVIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO	7											106 050,24 €	334 434,01 €	1 443 363,58 €	
Posição no Fim do Período	8 = 6 + 7	18	56 400 132,98 €	0,00 €	7 059 534,63 €	0,00 €	271 802 074,93 €	0,00 €	69 824 091,81 €	-4 822 712,86 €	398 373 721,37 €	149 887,61 €	398 373 721,37 €		

[Handwritten signatures and initials over the bottom right corner of the document.]

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

Rúbricas	Notas	31/dez/2023		
		Fluxos iniciais	Mov. consolidação	Fluxos consolidados
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Recebimentos de clientes		18 725 493,20 €	- 1 526 987,41 €	17 198 505,79 €
Recebimentos de contribuintes		10 992 344,98 €		10 992 344,98 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		25 318 168,59 €	- 206 327,20 €	25 111 841,39 €
Recebimentos de utentes		- €		- €
Pagamentos a fornecedores		- 27 357 883,73 €	- 916 420,45 €	- 26 441 463,28 €
Pagamentos ao pessoal		- 13 652 800,47 €		- 13 652 800,47 €
Pagamentos a contribuintes/Utentes		- 1 500,00 €		- 1 500,00 €
Pagamentos de transferências e subsídios		- 10 200 927,69 €	- 1 168 990,81 €	- 9 033 936,78 €
Pagamentos de prestações sociais		- €		- €
Caixa gerada pelas operações		3 822 894,88 €	- 350 098,75 €	4 172 991,63 €
Recebimento do imposto sobre o rendimento		- €		- €
Pagamento do imposto sobre o rendimento		2 508,53 €		2 508,53 €
Outros recebimentos		2 879 028,70 €	- 321 599,93 €	2 357 428,77 €
Outros pagamentos		- 6 588 482,84 €	- 354,87 €	- 6 588 127,77 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		84 050,53 €	- 28 851,89 €	55 198,64 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis		- 7 727 644,15 €		7 727 644,15 €
Ativos intangíveis		- 455 220,84 €		455 220,84 €
Propriedades de investimento		- €		- €
Investimentos financeiros		- 173,16 €		173,16 €
Outros ativos		- €		- €
Recebimentos provenientes de:				
Ativos fixos tangíveis		511 652,58 €		511 652,58 €
Ativos intangíveis		- €		- €
Propriedades de investimento		334 714,18 €		334 714,18 €
Investimentos financeiros		4 213,10 €		4 213,10 €
Outros ativos		- €		- €
Subsídios ao investimento		3 450,00 €		3 450,00 €
Transferências de capital		4 247 610,10 €		4 247 610,10 €
Juros e rendimentos similares		143 404,24 €		143 404,24 €
Dividendos		15 026,22 €		15 026,22 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		- 2 922 987,75 €	- €	- 2 922 987,75 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos		99 000,00 €		99 000,00 €
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		- €		- €
Cobertura de prejuízos		- €		- €
Doações		- €		- €
Outras operações de financiamento		- €		- €
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos		570 610,13 €		570 610,13 €
Juros e gastos similares		- 24 926,36 €		- 24 926,36 €
Dividendos		- €		- €
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		- €		- €
Outras operações de financiamento		- €		- €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		- 496 536,49 €	- €	- 496 536,49 €
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)				
Efeito das diferenças de câmbio		- 3 503 554,77 €	- 28 851,69 €	- 3 474 703,08 €
Caixa e seus equivalentes no início do período		121 664 205,14 €		121 664 205,14 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período		118 160 650,37 €	- 28 851,69 €	118 189 502,06 €

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

Anulação de fluxos financeiros Grupo - Indicação por rubrica da demonstração de fluxos de caixa dos fluxos anulados no processo de consolidação.

RECEBIMENTOS DE CLIENTES

Valor	Recebido por	Pago por	Desritivo
-916 420,45 €	SMCB	Município	Regularização do montante recebido pelos Serviços Municipalizados do Município pelo pagamento de fornecimento de água, saneamento e resíduos.
-639 278,11 €	Albigec	Município	Regularização do montante recebido pela Albigec de cobertura de prejuízos (289.891,57€) e do Contrato Programa (349.386,54€).
28 851,69 €	SMCB	Município	Valor de faturas pagas pelo CMCB aos SMCB da água, que saiu da conta do Município, mas que a 31/12/2023 não deram entrada na tesouraria dos SMCB
-140,54 €	Município	CATAA	Regularização do montante recebido pelo Município da CATAA pelo pagamento da taxa de inspeção periódica de elevadores.
-1 526 987,41 €	Subtotal Recebimentos de Clientes		

RECEBIMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CORRENTES

Valor	Recebido por	Pago por	Desritivo
-206 327,20 €	SMCB	Município	Regularização dos montantes pagos pelo Município relativos à tarifa social e outros apoios sociais.
-206 327,20 €	Subtotal Recebimentos de Transferências e Subsídios Correntes		

PAGAMENTO A FORNECEDORES

Valor	Recebido por	Pago por	Desritivo
916 420,45 €	SMCB	Município	Regularização do montante pago pelo Município aos SMCB pelo fornecimento de água, saneamento e resíduos.
916 420,45 €	Subtotal Pagamentos a Fornecedores		

CONTAS CONSOLIDADAS 2023



PAGAMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS

Valor	Recebido por	Pago por	Desritivo
206 327,20 €	SMCB	Município	Regularização dos montantes pagos pelo Município relativos à tarifa social e outros apoios sociais.
639 278,11 €	Albigec	Município	Regularização do montante recebido pela Albigec de cobertura de prejuízos (289.891,57€) e do Contrato Programa (349.386,54€).
321 385,60 €	CATAA	Município	Regularização do montante recebido pela CATAA relativo ao Contrato Programa.
1 166 990,91 €	<i>Subtotal Pagamentos de Transferências e Subsídios Correntes</i>		

OUTROS RECEBIMENTOS

Valor	Recebido por	Pago por	Desritivo
-214,33	CATAA	Município	Montante pago pela CMCB à CATAA, relativo à prestação serviços de utilização do FABLAB
-321 385,60 €	CATAA	Município	Regularização do montante recebido pela CATAA relativo ao Contrato Programa.
-321 599,93 €	<i>Subtotal Outros Recebimentos</i>		

OUTROS PAGAMENTOS

Valor	Recebido por	Pago por	Desritivo
214,33 €	Município	CATAA	Montante pago pela CMCB à CATAA, relativo à prestação serviços de utilização do FABLAB
140,54 €	Município	CATAA	Regularização do montante recebido pelo Município da CATAA pelo pagamento da taxa de inspeção periódica de elevadores.
354,87 €	<i>Subtotal Outros Pagamentos</i>		

VARIAÇÃO LIQUIDA TOTAL DO FLUXOS FINANCEIROS DO GRUPO

Valor	Desritivo
28 851,69	Valor de faturas pagas pela CMCB aos SMCB da água que saiu da conta do Município, mas que a 31/12/2023 não deram entrada na tesouraria dos SMCB

ANEXO ÁS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

O presente documento constitui uma compilação das divulgações exigidas nas NCP.

As notas relativamente às quais se considere não existir informação que justifique a sua divulgação não serão utilizadas, contudo estão incluídas no documento, com a menção "Não Aplicável".

Adoção pela primeira vez do Sistema de Normalização Contabilístico para a Administração Pública - SNC-AP – Divulgação transitória

Em 01 de janeiro de 2020, tanto o Município de Castelo Branco (entidade consolidante) como os Serviços Municipalizados de Castelo Branco (entidade consolidada) transitaram para o referencial contabilístico Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº195/2015, de 11 de setembro.

A entidade consolidada Albigec - Gestão de Equipamentos Culturais, Desportivos e de Lazer, E.M., S.A., manteve em 2023 o referencial contabilístico Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

A entidade consolidada CATAA – Associação Centro de Apoio Tecnológico Agro - Alimentar de Castelo Branco, procedeu aos registos contabilísticos, em 2023, com o referencial contabilístico Sistema de Normalização Contabilística – Entidades do Setor não Lucrativo - SNC – ESNL, no entanto pelo facto de estar obrigada à adoção do SNC-AP, por ter sido reclassificada pelo INE, a entidade procedeu, com as limitações descritas nas suas contas individuais à conversão das suas contas para SNC-AP, ainda sem poder aplicar a parte da contabilidade orçamental.

As demonstrações financeiras consolidadas de 2023 foram preparadas em conformidade com o referido referencial contabilístico SNC-AP, tendo sido respeitados os princípios para a preparação e apresentação de demonstrações financeiras consolidadas previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 22 – Demonstrações Financeiras Consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de forma a proporcionar uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira do grupo público do Município de Castelo Branco, das alterações à sua posição financeira, do seu desempenho financeiro e dos seus fluxos de caixa.

CONTAS CONSOLIDADAS 2023



1 — Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

Identificação da entidade, período de relato

Entidades participadas incluídas no perímetro de consolidação

Entidades a consolidar		Tipo de Entidade	Morada	Participação
Denominação	N.I.P.C.			
Serviços Municipalizados de Castelo Branco	680017640	Serviços Municipalizados	Av. Nuno Álvares, nº 32 - r/c, 6000-083 Castelo Branco	100,00%
Albigec - Gestão de Equipamentos Culturais, Desportivos e de Lazer, E.M., S.A.	505715449	EM / SA	Praça do Município - Edifício da Câmara Municipal, 6000-458 Castelo Branco	100,00%
CATAA - Associação Centro de Apoio Tecnológico Agro-Alimentar de C. Branco	509528678	Associação Privada sem fins lucrativos / Utilidade Pública	Zona Industrial - Rua A, 6000-459 Castelo Branco	94,00%

Entidades participadas excluídas do perímetro de consolidação

Entidade Participada		Tipo de Entidade	Morada	Participação
Denominação	N.I.P.C.			
Municípia – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M.S.A.	504475606	EM / SA	Av. Prof. Dr. Cavaco Silva, 11, 2740-120 Porto Salvo	0,77%
Valnor – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	505255090	S.A.	Centro Integrado de Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, Herdade da Marrãs, 7480-352 Figueira e Barros	6,00%
Fundo de Apoio Municipal	513319182	Outras Pessoas Coletivas de Direito Público	Rua Greogório Lopes, Lote 1514 R/c, 1400-195 Lisboa	0,19%

Período de relato

As demonstrações financeiras consolidadas correspondem ao ano 2023.

Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas com base na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 22 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, prevista no SNC-AP, que estabelece os princípios para a preparação e apresentação de demonstrações financeiras consolidadas de um grupo público com vista a apresentar a sua situação financeira, o desempenho e os fluxos de caixa como de uma única entidade se tratasse.

Comparabilidade das demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas são comparáveis com as do ano anterior, dado que o perímetro de consolidação se mantém em relação a 2022.

Valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2023 todos os saldos de caixa e seus equivalentes estavam disponíveis para uso.

Desagregação de caixa e seus equivalentes

Conta	2023	2022
Caixa	20 540,50 €	16 669,10 €
Depósitos à ordem		
Depósitos bancários à ordem	19 916 033,79 €	28 944 651,85 €
Outros depósitos		
Depósitos a prazo	98 252 927,77 €	92 702 884,19 €
Depósitos consignados		
Total	118 189 502,06 €	121 664 205,14 €

Para efeitos de Consolidação dos Fluxos de Caixa só foram anulados os movimentos de tesouraria entre as entidades que se verificaram efetivamente no exercício de 2023, ou seja, os movimentos por bancos e/ou caixa derivados de recebimentos ou pagamentos, considerando todos os outros valores de recebimentos e pagamentos a 100%.

Relativamente ao ano 2023, foram anulados 28.851,69€ correspondente ao pagamento de faturas de consumo de água pela Câmara, mas não refletido no exercício de 2023 nos SMCB, pois só foi recebido em 2024 nas suas contas bancárias.

O valor dos saldos de caixa e seus equivalentes constante no Balanço consolidado difere do saldo orçamental constante da demonstração consolidada do desempenho orçamental, dado que no perímetro de consolidação orçamental está apenas incluída a Entidade consolidante e os Serviços Municipalizados.

Ainda não foi possível consolidar orçamentalmente com a CATAA, pois apesar de estar obrigada ao SNC-AP, ainda não o tem devidamente implementado.

CONTAS CONSOLIDADAS 2023



A empresa municipal Albige - Gestão de Equipamentos Culturais, Desportivos e de Lazer, EM/SA, aplica o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), não se enquadra na Norma de Contabilidade Pública 26, não tendo por esse motivo a obrigatoriedade de elaborar as referidas demonstrações orçamentais.

O Balanço consolidado apresenta um valor de 118.189.502,06€ e a Demonstração do desempenho orçamental apresenta o valor de 117.434.231,85€, conforme se discrimina no quadro abaixo:

Entidade	Tipo	Balanço Consolidado			Demonstração Desempenho Orçamental
		Caixa e Depósitos à Ordem	Depósitos a prazo	Total	
CMCB	Entidade Consolidante	15 313 888,53 €	27 702 927,77 €	43 016 816,30 €	44 139 563,95 €
SMCB	Entidade Consolidada	3 946 267,24 €	70 500 000,00 €	74 446 267,24 €	73 323 519,59 €
SubTotal		19 260 155,77 €	98 202 927,77 €	117 463 083,54 €	117 463 083,54 €
Albige * Catas *	Entidade Consolidada	593 961,82 € 82 456,70 €	50 000,00 € 0,00 €	643 961,82 € 82 456,70 €	0,00 € 0,00 €
SubTotal		676 418,52 €	50 000,00 €	726 418,52 €	0,00 €
Total		19 936 574,29 €	98 252 927,77 €	118 189 502,06 €	117 463 083,54 €

* Estas entidades não integram o perímetro da contabilidade orçamental

2 — Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

2.1 — Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento

Todos os bens do ativo fixo tangível e propriedades de investimento foram, inicialmente, mensurados pelo seu custo.

A mensuração subsequente assenta no custo de aquisição deduzido das depreciações do período contabilístico, calculadas com base nas vidas úteis, assim como eventual existência de imparidades sobre os ativos.

Ativos intangíveis

Todos os bens do ativo intangível foram mensurados, no reconhecimento, pelo seu custo. A mensuração subsequente assenta no custo de aquisição deduzido das amortizações do período contabilístico, calculadas com base nas vidas úteis, assim como eventual existência de imparidades sobre os ativos.

Participações financeiras

As participações financeiras estão mensuradas, no reconhecimento inicial pelo seu custo.

A mensuração subsequente assenta na aplicação do MEP, pelo que a mesma se encontra ajustada em função dos capitais próprios das participadas.

Depreciações e amortizações

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes (ou da linha reta) o método utilizado, considerando a vida útil de referência que consta no Classificador Complementar (CC2).

As depreciações e amortizações das entidades incluídas na consolidação que aplicam o SNC-AP são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, adotando-se o Classificador complementar 2 (CC2).

As depreciações e amortizações das entidades incluídas na consolidação que aplicam o SNC/SNC-ESNL, foram calculadas pelo método de quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos.

Não foi efetuada a conversão das vidas úteis dos bens das entidades SNC/SNC-ESNL para SNC-AP, pois além de ter existido uma aproximação das vidas úteis com a adoção do SNC-AP, o impacto de tal conversão estima-se reduzido e com muito pouco impacto na leitura e interpretação das demonstrações financeiras consolidadas, não justificando, desta forma, o seu apuramento.

Contas a receber

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas pelo mesmo valor, deduzido das perdas por imparidade. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a entidade não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

Inventários

A mensuração inicial de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado. O consumo de inventários implica o reconhecimento no custo das mercadorias vendidas e consumidas, tendo como base o critério valorimétrico do inventário.

Diferimentos

Foi adotado o princípio do acréscimo, tendo-se efetuado a imputação de gastos e rendimentos em função do seu período económico, independentemente da data do seu recebimento. As estimativas calculadas baseiam-se na informação mais recente.

Caixa e depósitos bancários

As disponibilidades (caixa e depósitos bancários) estão mensuradas ao valor nominal. A eventual existência de descobertos bancários é incluída na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no passivo corrente.

Provisões

As Entidades analisam com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Os órgãos de gestão procuram sustentar as suas expectativas de perda num ambiente de prudência, pelo que de acordo com a melhor e mais atualizada informação à data de relato são calculadas as situações que possam originar obrigações futuras.

Financiamentos obtidos

As dívidas a pagar relativas a financiamentos obtidos encontram-se reconhecidas pelo justo valor, sendo o mesmo resultante das operações ocorridas entre as entidades.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas a pagar a fornecedores e outros credores encontram-se reconhecidos pelo método do custo, sendo o mesmo resultante das operações ocorridas entre as entidades.

Rérito e regime de acréscimo

O rérito comprehende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade. O rérito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto na norma, dado que o rérito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Rendimentos e gastos

Podem ter origem em transações com contraprestação, ou sem contraprestação, ou em outros eventos, como sejam, alterações de preços, oscilações (não realizadas), positivas ou negativas, nos valores de ativos e ou passivos, a realização de ativos através da sua depreciação ou amortização e a erosão do potencial de serviço ou dos benefícios económicos futuros através da ocorrência de situações de imparidade.

Os rendimentos e os gastos podem surgir de transações individuais ou grupos de transações.

Resultados do período

Correspondem à diferença entre rendimentos e gastos relatados na demonstração dos resultados.

CONTAS CONSOLIDADAS 2023



3 — Ativos intangíveis

Ativos intangíveis consolidados

Variacão das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Conta	Início do período				Final do período				
		44	Quantia Bruta (1)	Amortizações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas (3)	Quantia escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Amortizações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	440					0,00 €				0,00 €
Goodwill	441					0,00 €				0,00 €
Projetos de desenvolvimento	442					0,00 €	2 952,00 €	164,00 €		2 788,00 €
Programas de computador e sistemas de informação	443	1 273 795,54 €	1 039 074,95 €			234 720,59 €	1 590 692,93 €	1 233 202,97 €	63,11 €	357 428,88 €
Propriedade industrial e intelectual	444					0,00 €				0,00 €
Outros	446	223 904,30 €	185 318,73 €			38 585,57 €	223 904,30 €	198 548,13 €		25 354,17 €
Ativos intangíveis em curso	454	120 932,37 €				120 932,37 €	117 857,37 €			117 857,37 €
TOTAL		1 618 832,21 €	1 224 383,66 €			0,00 €	384 238,53 €	1 915 406,80 €	1 431 818,10 €	63,11 €
										503 428,39 €

Ativos intangíveis consolidados

Quantia escriturada e variações do período

RUBRICAS	Conta	Quantia Escriturada Inicial	Variações								Quantia Escriturada Final
			Adições	Transl. Internas	Revaloriz.	Reversões e Perdas	Perdas por Imparidade	Amordz. Período	Diminuições		
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	440										- €
Goodwill	441										- €
Projetos de desenvolvimento	442		2 952,00 €								2 788,00 €
Programas de computador e sistemas de informação	443	234 720,59 €	345 296,97 €	3 075,00 €							357 428,85 €
Propriedade industrial e intelectual	444										- €
Outros	446	38 585,57 €									25 354,17 €
Ativos intangíveis em curso	454	120 932,37 €		- 3 075,00 €							117 857,37 €
TOTAL		384 238,53 €	348 248,97 €	- €	- €	- €	- €	207 864,53 €	31 094,58 €		503 428,39 €

CONTAS CONSOLIDADAS 2023



Ativos intangíveis consolidados Adições

RUBRICAS	Conta SNC-AP	Adições											
		44	Internas	Compra	Cedida	Transf. Ou Troca	Exprop.	Doação	Datação em Pagamento	Lotação Financ.	Fusão	Outras	Total
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	440												- €
Goodwill	441												- €
Projetos de desenvolvimento	442			2 952,00 €									2 952,00 €
Programas de computador e sistemas de informação	443			265 100,52 €									80 196,45 € 345 296,97 €
Propriedade industrial e intelectual	444												- €
Outros	446			265 052,52 €									- €
Ativos intangíveis em curso	454												- €
TOTAL		- €	265 052,52 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	80 196,45 €	345 246,97 €

Os ativos intangíveis nas entidades SNC/SNC-ESNL tem valor líquido muito reduzido (42,09€), pelo que não foi efetuado procedimentos de conversão das respetivas vidas úteis para SNC-AP.

As diminuições registadas de 31.094,58€ resultam integralmente de abates em Programas de Computador e Sistemas de Informação na entidade consolidante SMCB.

4 — Acordos de concessão de serviços: Concedente

(Transcrição das notas incluídas nas contas individuais)

Município de Castelo Branco

4.1 — Um concedente deve divulgar a seguinte informação a respeito de acordos de concessão de serviços em cada período de relato:

- (a) Uma descrição do acordo;
- (b) Os termos significativos do acordo que possam afetar a quantia, tempestividade, e certeza dos futuros fluxos de caixa (nomeadamente, o período da concessão, as datas de reapreçamento, e a base sobre a qual é determinado o reapreçamento ou a renegociação);
- (c) A natureza e extensão (nomeadamente, quantidade, período de tempo, ou quantia, como apropriado) de:
 - I. Direitos de usar ativos especificados;
 - II. Direitos de esperar que o concessionário preste serviços especificados em relação ao acordo de concessão de serviços;

- III. Ativos de concessão de serviços reconhecidos como ativos durante o período de relato, incluindo ativos existentes do concedente reclassificados como ativos da concessão de serviços;
- IV. Direitos de receber ativos especificados no final do acordo de concessão de serviços;

O valor dos ativos da concessão da E-Redes na data da sua conclusão (valor de resgate ou de indemnização) é o seguinte:

31/12/2020 – 5.406.393 euros

31/12/2021 – 5.760.615 euros

31/12/2022 – 7.123.003 euros

31/12/2023 – 7.364.119 euros

Entendemos que os valores de resgate/indemnização apurados pela E-Redes, segundo a análise prévia efetuada, apenas serão aplicáveis no caso de resgate antecipado da concessão (ver situação mais detalhada no ponto 4.2).

- I. Opções de reforma e de cessação;
- II. Outros direitos e obrigações (nomeadamente, principais ativos de concessão de serviços e gerais);
- III. Obrigações de proporcionar ao concessionário o acesso aos ativos de concessão de serviços ou outros ativos geradores de rendimento;

d) Alterações no acordo que ocorreram durante o período de relato.

Não Aplicável.

4.2 — Estas divulgações são apresentadas individualmente para cada acordo de concessão de serviços significativo ou em agregado para cada classe de acordos de concessão de serviços.

Tal como vem sendo referido nos anos anteriores, esta é uma temática complexa, sendo por vezes difícil obter informações suficientes, para poder proceder aos registos previstos na NCP4, ou até se a mesma é aplicável.

Quase sempre, quando obtida informação, o tratamento a dar tem de ser analisado caso, a caso. Desta forma, e terminando o prazo para a adoção do SNC-AP, em termos de matérias complexas, em 31/12/2022, considerou-se que, apesar de se terem adotado alguns pressupostos, seria pertinente o registo desde logo em 2022, pelo menos das concessões mais relevantes que o Município tem. Desta forma o ano de 2023 é já comparável com o de 2022.

Neste âmbito surge a concessão da E-Redes, entidade que apesar de não disponibilizar toda informação da forma que seria ideal, já permite, mediante alguns pressupostos, dar tratamento à mesma. De referir que caso de futuro venha a ser disponibilizada mais informação, ou venham a existir entendimentos diferentes acerca da forma de tratar/registar a informação, o Município procederá em consonância.

O Município continuará alerta para os desenvolvimentos desta temática e continuará a analisar o assunto e a tentar identificar outras potenciais situações em que a NCP4 deva de ser aplicada.

As situações de potenciais acordos de concessão que existem atualmente constituem apenas uma e que elencamos a seguir:

<i>Quadro 6 - Acordos de concessão</i>				
Acordos de Concessão	Concessionário	Natureza da concessão	Período da concessão	Valor do contrato anual
Concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão no Concelho de Castelo Branco	E-Redes Distribuição de Eletricidade, S.A.	Contrato de Concessão de Serviço Público	20 anos	2 967 454,68 €

E-Redes – Exploração da concessão de distribuição de eletricidade em baixa tensão.

Na sequência da solicitação à E-Redes, foram recebidos os dados abaixo indicados, relativos ao ano de 2023, contudo não foi possível ao Município efetuar qualquer conferência dos montantes comunicados nem identificado o final da concessão.

"Quanto à informação de 2023, informamos que esta informação está a ser preparada e será disponibilizada na área acima referida após conclusão do processo de certificação das contas reguladas da E-REDES, previsivelmente até ao final do mês de maio do ano corrente."

À semelhança do que tem acontecido em anos anteriores, caso prefiram utilizar informação ainda provisória e não auditada, enviamos os seguintes dados em formato simplificado, os quais poderão ser diferentes dos valores finais a reportar:"

CONTAS CONSOLIDADAS 2023



Quadro 7 - Ativos fixos da concessão

	Valor aquisição	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em exploração	55 343 757,59 €	- 43 087 698,11 €	12 256 059,48 €
Postos Transformação e Seccionamento	16 212 982,40 €	- 12 747 949,97 €	3 465 032,43 €
Redes aéreas	12 209 668,27 €	- 9 555 918,40 €	2 653 749,87 €
Redes subterrâneas	7 559 833,43 €	- 5 949 572,62 €	1 610 260,81 €
Chegadas aéreas	3 172 807,32 €	- 2 747 022,56 €	425 784,76 €
Chegadas subterrâneas	3 327 100,98 €	- 2 686 864,81 €	640 236,17 €
Contadores e acessórios	3 876 870,76 €	- 3 725 403,40 €	151 467,36 €
Illuminação pública	7 254 299,11 €	- 4 840 290,48 €	2 414 008,63 €
Eq. Telegestão Energia EDP Box	1 730 195,32 €	- 834 675,87 €	895 519,45 €
Subsídios ao investimento	- 16 311 582,33 €	12 343 611,13 € -	3 967 971,20 €
Postos Transformação e Seccionamento	- 4 540 524,62 €	3 769 958,67 € -	770 565,95 €
Redes aéreas	- 2 709 778,51 €	1 964 295,40 € -	745 483,11 €
Redes subterrâneas	- 3 830 142,86 €	2 690 337,67 € -	1 139 805,19 €
Chegadas aéreas	- 1 035 349,03 €	873 457,91 € -	161 891,12 €
Chegadas subterrâneas	- 1 539 453,93 €	1 089 905,85 € -	449 548,08 €
Contadores e acessórios	- 1 399,90 €	289,70 € -	1 110,20 €
Illuminação pública	- 2 653 156,06 €	1 954 995,01 € -	698 161,05 €
Eq. Telegestão Energia EDP Box	- 1 777,42 €	370,92 € -	1 406,50 €
Total	39 032 175,26 €	- 30 744 086,98 €	8 288 088,28 €

"Informação de 2023, ainda provisória e não auditada"

Atendendo a que a NCP4 prevê o registo dos bens em concessão no concedente, e apesar de a informação prestada pela E-Redes não ser totalmente completa (não reportam o montante das depreciações do período), mas como envolve montantes expressivos, considerou-se como sendo relevante a continuação do seu registo tomando alguns pressupostos.

Analizada a concessão, à luz da NCP4 verifica-se que esta concessão é a do modelo de atribuição de um direito, ou seja, a de permitir, neste caso, à E-Redes explorar a distribuição de eletricidade de baixa tensão.

Este modelo, em termos muito simplificados, assenta na necessidade de registar no concedente (o Município) os bens da concessão, incluindo os edificados pelo concessionário, tendo por contrapartida o registo de um passivo, o qual refletirá o valor líquido dos bens da concessão. De referir, que numa eventual extinção ou resgate da concessão, é precisamente este montante, o valor líquido dos bens, que teria, tendencialmente, de ser pago pelo Município à concessionária (situação prevista no contrato de concessão).

Tratando-se do segundo ano em que o Município procede ao registo da concessão, procedeu-se apenas à atualização do diferencial de registo entre os montantes já registados em 2022 e os dados provisórios de 2023 facultados pela E-Redes, já considerando o processamento das depreciações de 2023 e os montantes de subsídios ao investimento conexos.

CONTAS CONSOLIDADAS 2023



Não informando a E-Redes o valor das depreciações do período, estimaram-se as mesmas, tendo por base os anos de vida útil reportados pela E-Redes, assim como informação do mapa definitivo de 2022, com a qual foi possível apurar o rácio de montante do ativo fixo bruto que ainda está a "gerar" depreciações e aplicar esse mesmo rácio aos valores provisórios de 2022.

Tratamento similar foi aplicada aos subsídios aos investimentos conexos.

Por fim é feito o reconhecimento na rubrica 72 de prestações de serviços do diferencial entre as depreciações e subsídios ao investimento, tornando estes registo neutros em termos de efeitos no resultado líquido do Município e permitindo que o valor da rubrica 2824 fique a refletir o valor líquido dos bens em 31/12/2023.

De seguida esquematiza-se a informação para facilitar a sua interpretação:

Quadro 8 - Acordos de Concessão - Reconhecimento inicial

Descrição	Situação Inicial (1)	Depreciações/ Reconhecimento rendimentos do período (2)	Outras variações no período (3)	Saldo final
Ativo Fixo Tangível (430x)				
Valores Brutos	56 226 993,36		-883 235,77	55 343 757,59
Depreciações acumuladas	-43 904 973,86	-1 254 392,27	2 071 668,02	-43 087 698,11
Subsídios ao Investimento (59)				
Valores Brutos	-15 787 818,96		-523 763,37	-16 311 582,33
Valores reconhecidos em rendimentos acumulados	11 888 816,36	499 549,48	-44 754,71	12 343 611,13
Valor Líquido dos bens	8 423 016,90	-754 842,79	619 914,17	8 288 088,28
2824 - Passivo da Concessão	-8 423 016,90	754 842,79	-619 914,17	-8 288 088,28

(1) - Situação relativa aos montantes transitados de 31/12/2022 e coincidentes com o mapa da E-Redes de 2022

(2) - Montantes estimados de depreciações e subsídios ao investimento do período, com a respetiva compensação do passivo da concessão registado em proveitos.

(3) - Coluna que reflete os ajustamentos necessários registar no património para ser possível refletir os novos valores reportados pela concessionária. É nesta coluna que se refletirá o impacto líquido das compras, alienações e abates ocorridos no ano de 2023 e registados pela E-Redes no seu sistema.

Além dos montantes já referidos, o Município recebe, e contabiliza as verbas no âmbito de rendas de concessão, que em 2023 ascenderam a 2.967.454,68€ e que são tratadas de acordo com a NCP13 – Rendimentos com contraprestação, tal como previsto no parágrafo 27 da NCP4.

4 — Acordos de concessão de serviços: Concedente

4.1 — Um concedente deve divulgar a seguinte informação a respeito de acordos de concessão de serviços em cada período de relato:

a) Uma descrição do acordo:

Contrato	Concessionário	Ativo de Concessão	Período de Concessão	Valor do Contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Exploração em Alta de Abastecimento de Água e Saneamento	Águas do Vale do Tejo, SA	Ativos em Alta de Abastecimento de Água e Saneamento	35 anos	31 022 287,80 €	31 022 287,80 €	- €	- €

Na sequência da legislação que criou o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento, o Município de Castelo Branco aderiu ao mesmo no ano de 2008.

Considerando a complexidade da matéria envolvida, a ausência de orientação técnica por parte das entidades competentes sobre a sua aplicação à concessão e a ausência da informação que seria necessária dispor para se aplicar a norma na sua plenitude poderá de futuro concluir-se que poderão ser necessários efetuar procedimentos com vista a uma melhor adequação à norma. É assumido o compromisso de posteriormente se aprofundar a interpretação nos anos seguintes.

O valor atualmente registado em proveitos diferidos e a reconhecer no futuro por conta desta concessão é de 16.988.396,58€. Este valor refere-se apenas às rendas de concessão, não contemplando a parte da indemnização.

É do conhecimento que tendencialmente a posição das entidades que compõem o Grupo Águas de Portugal (ADP) e onde se inclui a Águas do Vale do Tejo têm defendido que têm um modelo de gestão delegada com o Estado Português.

Com os municípios (e aqui subentende-se que incluídos os serviços municipalizados), que abastecem em Alta apenas dispõem de contratos de abastecimento, conforme previsto no n.º 1 e n.º 2 do art.º 9º do Decreto-Lei n.º 230/91, de 21 de junho.

Como tal estas entidades têm considerado não existir qualquer acordo de concessão entre as partes, nem qualquer ativo usado para prestar serviços públicos num acordo de concessão de serviços, pelo que a entidade defende que a NCP 4, em regra, não deve ser aplicada.

Refira-se, no entanto, que o caso dos SMCB é um pouco mais complexo, estando como referido mais adiante, a correr processos judiciais, no sentido de contestar o não cumprimento do contrato que a entidade havia assinado com os SMCB. Assim no caso concreto dos SMCB a aplicabilidade da NCP4, ou não, carecerá sempre de análise específica em especial considerando o resultado dos processos em curso.

b) Os termos significativos do acordo que possam afetar a quantia, tempestividade, e certeza dos futuros fluxos de caixa (nomeadamente, o período da concessão, as datas de reapreçoamento, e a base sobre a qual é determinado o reapreçoamento ou a renegociação);

Ver quadro acima.

C) A natureza e extensão (nomeadamente, quantidade, período de tempo, ou quantia, como apropriado) de:

(i) **Direitos de usar ativos especificados;**

Foi transferido para o Sistema Multimunicipal as infraestruturas municipais de abastecimento de água e saneamento em "alta", nomeadamente:

No abastecimento de água:

- As barragens, as captações, as estações de tratamento, as redes de adução, as estações elevatórias e todos os reservatórios, pertencentes ao município.

No saneamento de águas residuais:

- As estações de tratamento de águas residuais pertencentes ao município.

(ii) **Direitos de esperar que o concessionário preste serviços especificados em relação ao acordo de concessão de serviços;**

O concessionário é responsável pela exploração e manutenção das infraestruturas acima descritas.

(iii) **Ativos de concessão de serviços reconhecidos como ativos durante o período de relato, incluindo ativos existentes do concedente reclassificados como ativos da concessão de serviços;**

Atualmente encontram-se em curso duas concessões de serviços em alta, designadamente:

- Concessão do serviço de captação e tratamento de água para abastecimento e do serviço de tratamento de águas residuais, à empresa Águas do Vale do Tejo, SA;
- Concessão do serviço seleção e tratamento de resíduos sólidos urbanos, à empresa VALNOR - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA.

Relativamente aos ativos afetos à concessão nos quadros infra identifica-se os respetivos valores acumulados e quantidade de ativos, por conta.

CONTAS CONSOLIDADAS 2023



Águas do Vale do Tejo, SA

Conta Imob.	Descrição da Conta	Imobilizado bruto	Amortizações acumuladas	Imobilizado líquido	Quan t.
43219	Outros bens e recursos naturais	278 317,35 €	0,00 €	278 317,35 €	22
43227	Balizas	2 104 688,31 €	804 655,02 €	1 300 033,29 €	2
43229	Edifícios e Outras Construções - Outros	8 555 000,00 €	4 315 548,21 €	4 239 451,79 €	37
43235	Sistemas de Abastecimento Água	4 625 000,73 €	1 617 052,01 €	3 007,00 €	70
43242	Eq primário, estimação, med e utilitário Esp	12 668,97 €	12 668,97 €	0,00 €	35
43246	Eq e material p/serv aliment, equiparado tavand	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2
43255	Eq agricultura pesca e jardinagem	677,29 €	677,29 €	0,00 €	4
4337	Equipamento e material de apoio à produção	300 701,10 €	300 701,10 €	0,00 €	603
4338	Equipamento militar de segurança e defesa	6 254,98 €	6 254,98 €	0,00 €	39
4342	Transportes rodoviários	6 733,77 €	6 733,77 €	0,00 €	1
4349	Equipamento de Transporte - Outros	5 302,61 €	5 302,61 €	0,00 €	2
4351	Equip informático e de telecomunicações	75 129,77 €	75 129,77 €	0,00 €	52
4353	Móvel/eletr de escritório e de arquivo	5 022,55 €	5 022,55 €	0,00 €	236
4371	Equipamento de oficinas e reparações	830,69 €	830,69 €	0,00 €	16
4372	Eq de decoração e conforto - desl. Comum	5 623,43 €	5 623,43 €	0,00 €	177
4374	Eq de acondicionamento de embalagens	4 987,98 €	4 987,98 €	0,00 €	5
Total		15 293 078,95 €	10 162 131,78 €	5 830 847,83 €	1303

VALNOR - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA

Conta Imob.	Descrição da Conta	Imobilizado bruto	Amortizações acumuladas	Imobilizado líquido	Quan t.
43009	Bens de Domínio Púlico - Outras Infraestruturas	5 652,43 €	5 652,43 €	0,00 €	1
4337	Equip Básico - Equip e material de apoio à produção	120 254,00 €	120 254,00 €	0,00 €	571
Total		126 116,43 €	126 116,43 €	0,00 €	572

(iv) Direitos de receber ativos especificados no final do acordo de concessão de serviços;

No final da concessão os bens retornarão à propriedade dos Serviços Municipalizados de Castelo Branco.

(v) Opções de reforma e de cessação;

Ambas as partes acordaram que o incumprimento das cláusulas do contrato por qualquer das partes determinará a invocação da sua resolução com justa causa pela parte não inadimplente, nos termos gerais previstos no art.º 432 e seguintes do Código Civil.

(vi) Outros direitos e obrigações (nomeadamente, principais ativos de concessão de serviços e gerais);

Não aplicável.

(vii) Obrigações de proporcionar ao concessionário o acesso aos ativos de concessão de serviços ou outros ativos geradores de rendimento; e

Os concessionários têm o direito de aceder e gerir os bens afetos à cada uma das concessões, não tendo acesso a quaisquer outros ativos da concedente.

(d) Alterações no acordo que ocorreram durante o período de relato.

Não aplicável.

4.2 — Estas divulgações são apresentadas individualmente para cada acordo de concessão de serviços significativo ou em agregado para cada classe de accordos de concessão de serviços.

A informação acima descrita respeita as características de cada acordo de concessão em vigor à data das demonstrações financeiras.

5 — Ativos fixos tangíveis

5.1 — Uma entidade deve divulgar, para cada classe de ativos fixos tangíveis reconhecida nas demonstrações financeiras:

Ativos fixos tangíveis consolidados
Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do período			Final do período				
	Quantia Bruta (1)	Depreciações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas (3)	Quantia exaurida (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Depreciações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia exaurida (8)=(5)-(6)-(7)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	1 033 287,26 €	0,00 €		1 033 287,26 €	1 517 230,46 €			1 017 230,46 €
Edifícios e outras construções	10 890 180,96 €	8 407 112,99 €		10 282 868,99 €	10 806 032,82 €	10 481 544,14 €		9 224 468,88 €
Infraestruturas	209 625 932,90 €	179 620 420,25 €		90 000 012,71 €	210 546 417,73 €	144 529 890,82 €		76 016 828,91 €
Património histórico, artístico e cultural	1 348 630,43 €	220 147,93 €		1 169 482,50 €	1 423 270,43 €	238 803,16 €		1 164 377,27 €
Outros	213 952,67 €	48 291,35 €		164 661,32 €	230 184,91 €	83 426,94 €		147 757,37 €
Bens de domínio público em curso	1 674 227,19 €	0,00 €		1 674 227,19 €	14 942 216,36 €			14 942 216,36 €
	293 028 209,43 €	189 295 972,82 €	0,00 €	104 332 238,91 €	287 485 382,71 €	185 333 786,06 €	0,00 €	182 131 897,86 €
Ativos Fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais	278 817,35 €	0,00 €		278 817,35 €	278 817,35 €			278 817,35 €
Edifícios e outras construções	10 663 820,33 €	4 908 807,31 €		5 755 018,92 €	10 663 820,33 €	5 119 733,23 €		5 544 893,10 €
Infraestruturas	4 630 939,26 €	4 566 278,39 €		64 656,87 €	59 974 696,85 €	47 710 700,29 €		12 261 996,56 €
Equipamento básico	500 905,66 €	500 905,66 €		0,00 €	500 905,66 €	500 905,66 €		0,00 €
Equipamento de transporte	12 042,38 €	12 042,38 €		0,00 €	500 905,66 €	500 905,66 €		0,00 €
Equipamento administrativo	81 202,33 €	81 202,33 €		0,00 €	12 042,38 €	12 042,38 €		0,00 €
Outros	11 462,15 €	11 462,15 €		0,00 €	81 303,33 €	81 303,33 €		0,00 €
	18 179 196,48 €	10 080 658,24 €	0,00 €	8 098 497,24 €	72 012 497,80 €	63 923 890,89 €	0,00 €	10 080 607,01 €
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	78 812 566,17 €			78 812 566,17 €	70 628 365,26 €			7 702 510,87 €
Edifícios e outras construções	195 010 083,82 €	59 830 821,15 €		135 179 262,47 €	198 197 037,50 €	84 223 036,91 €	67 541 10 €	132 898 461,50 €
Equipamento básico	8 892 900,08 €	7 406 347,34 €		1 486 882,74 €	10 006 059,07 €	8 112 131,31 €	1 028 68 €	1 095 020,80 €
Equipamento de transporte	4 164 430,28 €	3 247 718,51 €		918 720,77 €	4 872 166,57 €	3 543 386,99 €		1 326 778,50 €
Equipamento administrativo	6 148 739,79 €	5 577 088,37 €		671 681,42 €	6 209 219,06 €	5 826 018,99 €	-4 875,10 €	388 074,23 €
Equipamentos biológicos				0,00 €				0,00 €
Outros	2 310 056,29 €	1 048 583,21 €		388 493,88 €	2 350 412,43 €	2 024 596,73 €	3 780 49 €	322 036,21 €
Ativos fixos tangíveis em curso	23 083 960,53 €			23 083 960,53 €	8 619 818,30 €			8 819 818,30 €
	316 624 748,76 €	78 101 638,58 €	0,00 €	238 423 207,18 €	300 884 784,30 €	83 729 971,93 €	7 788 986,06 €	208 386 530,29 €
TOTAL	626 232 180,67 €	277 478 209,34 €	0,00 €	348 853 941,33 €	630 384 638,51 €	292 008 317,58 €	7 788 986,06 €	320 606 334,98 €

CONTAS CONSOLIDADAS 2023



Ativos fixos tangíveis consolidados Quantia escriturada e variação do período

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Adições	Transferências Internas	Reavaliações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diminuições	Quantia Escriturada Final
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
Terrenos e recursos naturais	1 033 257,20 €	471 433,25 €	12 530,00 €						1 517 230,48 €
Edifícios e outras construções	10 283 085,90 €	95 451,25 €	20 382,59 €			1 069 845,06 €	4 586,00 €	9 324 488,68 €	
Infraestruturas	77 686 493,21 €	471 067,06 €	8 015 055,53 €			8 072 482,62 €	84 526,87 €	73 016 526,91 €	
Património histórico, artístico e cultural	1 168 482,50 €	34 640,00 €				18 745,23 €			1 184 377,27 €
Outros	164 651,32 €	17 232,24 €				35 135,59 €			146 757,77 €
Bens de domínio público em curso	15 435 781,31 €	5 558 580,78 €	-5 968 306,77 €				83 818,90 €		14 942 216,36 €
Ativos fixos em concessão									0,00 €
Terrenos e recursos naturais	278 817,35 €								278 817,35 €
Edifícios e outras construções	5 755 019,02 €					210 925,92 €			5 544 093,10 €
Infraestruturas	12 386 680,37 €	2 729 504,21 €				1 311 116,06 €	1 541 071,96 €		12 263 996,58 €
Equipamento básico									0,00 €
Ativos fixos em concessão em curso									0,00 €
	124 182 268,27 €	9 377 809,40 €	80 361,35 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	11 718 230,48 €	1 714 003,88 €	120 218 504,66 €
Outros ativos fixos tangíveis									
Terrenos e recursos naturais	76 812 568,17 €	696 900,42 €	-84 780,57 €			7 702 510,97 €		6 796 320,74 €	62 925 854,31 €
Edifícios e outras construções	135 179 252,47 €	1 629 407,95 €	2 268 706,37 €				4 884 501,52 €	206 417,69 €	133 906 458,58 €
Equipamento básico	1 496 552,74 €	783 449,70 €	377 885,44 €				575 705,52 €	186 373,28 €	1 895 809,08 €
Equipamento de transporte	918 720,77 €	711 069,52 €					298 007,37 €	2 003,34 €	1 328 779,58 €
Equipamento administrativo	571 651,42 €	135 157,77 €					295 549,43 €	23 185,53 €	388 074,23 €
Equipamentos biológicos									0,00 €
Outros	360 493,08 €	75 787,32 €	0,00 €				113 573,17 €	672,02 €	322 033,21 €
Ativos fixos tangíveis em curso	8 322 426,41 €	2 380 314,27 €	-2 642 374,58 €				0,00 €	446 547,79 €	8 619 818,30 €
	224 681 673,06 €	6 418 000,95 €	-80 361,35 €	0,00 €	0,00 €	7 702 510,97 €	6 168 337,01 €	7 741 520,39 €	209 386 830,29 €
TOTAL	348 833 841,33 €	15 785 996,35 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	7 702 510,97 €	17 686 567,48 €	9 455 524,27 €	329 825 334,95 €

CONTAS CONSOLIDADAS 2023



Ativos fixos tangíveis consolidados Adições

RUBRICAS	Adições										
	Internas	Compras	Custo	Transferência em bens	Expropriação	Desp. Intercorr e outros	Captação em Pagamento	Lançamento Financeira	Prest. direto e recuperar	Outros	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Terrenos e recursos naturais		470 534,70 €		890,56 €							471 423,26 €
Edifícios e outras construções		85 451,25 €									86 441,25 €
Infraestruturas		185 548,00 €									187 548,00 €
Património histórico, artístico e cultural	9 000,00 €	25 640,00 €									34 640,00 €
Outros		17 232,24 €									17 232,24 €
Bens de domínio público em curso		8 838 540,70 €									8 838 540,70 €
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais											0,00 €
Edifícios e outras construções											0,00 €
Infraestruturas											2 729 804,21 €
Património histórico, artístico e cultural											0,00 €
Ativos fixos em concessão em curso											0,00 €
Outros ativos fixos tangíveis	9 000,00 €	6 363 007,03 €	0,00 €	898,56 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	3 005 003,51 €	8 377 908,40 €	
Terrenos e recursos naturais	27 787,23 €	523 028,38 €		96 074,65 €		0,16 €					696 906,42 €
Edifícios e outras construções	218 000,00 €	881 155,94 €		211 412,67 €							1 829 407,98 €
Equipamento básico		709 646,87 €									73 932,73 €
Equipamento de transporte		71 1069,52 €									711 069,52 €
Equipamento administrativo		135 157,77 €									135 157,77 €
Equipamentos biológicos		0,00 €									0,00 €
Outros		75 787,32 €									75 787,32 €
Ativos fixos tangíveis em curso		2 388 314,27 €									2 388 314,27 €
TOTAL	293 797,23 €	8 422 169,37 €	0,00 €	307 487,52 €	0,00 €	0,16 €	0,00 €	0,00 €	394 642,87 €	6 418 000,98 €	12 795 996,38 €

CONTAS CONSOLIDADAS 2023



**Ativos fixos tangíveis consolidados
Diminuições**

RUBRICAS	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais						0,00 €
Edifícios e outras construções					-4 586,09 €	-4 586,09 €
Infraestruturas					-84 526,87 €	-84 526,87 €
Património histórico, artístico e cultural						0,00 €
Outros						0,00 €
Bens de domínio público em curso					-83 818,98 €	-83 818,98 €
Ativos fixos em concessão						0,00 €
Terrenos e recursos naturais						0,00 €
Edifícios e outras construções						0,00 €
Infraestruturas					-1 541 071,98 €	-1 541 071,98 €
Património histórico, artístico e cultural						0,00 €
Ativos fixos em concessão em curso						0,00 €
	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-1 714 003,88 €	-1 714 003,88 €
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	-378 497,24 €				-6 417 823,50 €	-6 796 320,74 €
Edifícios e outras construções					-286 417,89 €	-286 417,89 €
Equipamento básico					-186 373,28 €	-186 373,28 €
Equipamento de transporte					-2 003,34 €	-2 003,34 €
Equipamento administrativo					-23 185,53 €	-23 185,53 €
Equipamentos biológicos						0,00 €
Outros					-872,02 €	-872,02 €
Ativos fixos tangíveis em curso					-446 547,79 €	-446 547,79 €
	-378 497,24 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-7 363 023,15 €	-7 741 520,39 €
TOTAL	-378 497,24 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-8 077 027,03 €	-8 455 524,27 €

Como já foi referido, não foi efetuada a conversão das vidas úteis dos bens das entidades SNC/SNC-ESNL para SNC-AP, pois além de ter existido uma aproximação das vidas úteis com a adoção do SNC-AP, o impacto de tal conversão estima-se reduzido e com muito pouco impacto na leitura e interpretação das demonstrações financeiras consolidadas, não justificando, desta forma, o seu apuramento.

6 — Locações

Não Aplicável.

7 — Custos de empréstimos obtidos

Política contabilística adotada para os custos de empréstimos obtidos, valor de custos capitalizados e taxa de capitalização usada

Todos os gastos incorridos com os empréstimos obtidos foram reconhecidos como gastos no exercício.

Apenas a entidade consolidante apresenta valor na rubrica de empréstimos obtidos, e este Município optou por não capitalizar os gastos incorridos com os empréstimos obtidos.

Total de gastos do exercício com empréstimos obtidos

Município	SMCB	Albigec	CATAA	TOTAL
42 053,08 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	42 053,08 €
42 053,08 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	42 053,08 €

Importa ainda referir que as rubricas de financiamento obtidos do Balanço Consolidado incluem a informação dos empréstimos bancários.

Total da dívida consolidada de empréstimos obtidos

Designação	Município	SMCB	Albigec	CATAA	TOTAL
Empréstimos bancários					
Passivo Não Corrente	824 173,25 €				824 173,25 €
Passivo Corrente	494 417,40 €				494 417,40 €
Subvenções e Subsídios reembolsáveis					
Passivo Não Corrente					0,00 €
Passivo Corrente					0,00 €
TOTAL	1 318 590,65 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 318 590,65 €

8 — Propriedades de investimento

A informação relativa às propriedades de investimento refere-se apenas à entidade consolidante, uma vez que as entidades consolidadas não apresentam este tipo de investimento.

O Município de Castelo Branco adota o modelo do custo relativamente às suas Propriedades de Investimento.

Nos termos da NCP 8, "Propriedade de investimento" é um terreno ou um edifício, ou parte de um edifício, ou ambos, detidos (pelo proprietário, ou pelo locatário segundo uma locação financeira) para obtenção de rendas, que não sejam rendas sociais, ou para valorização do capital, ou ambos, e que não seja para usar na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou para vender no decurso normal das operações.

Nos termos das definições referidas, a classificação em propriedade de investimento resulta sempre do fim principal a que se destina o ativo correspondente, pelo que a existências de rendas não significa que o ativo correspondente tenha esse único fim.

O método de depreciação utilizado foi o método da linha reta e as vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas são as definidas de acordo com o Classificador Complementar.

**Propriedades de investimento consolidadas
Quantia escriturada e variações do período**

Rubricas (1)	Quantia escriturada inicial (2)	Variações (modelo do custo)							Quantia escriturada final (10)
		Adições (3)	Transferências internas à entidade (4)	Depreciações do período (5)	Perdas por imparidade (6)	Reversões de perdas por imparidade (7)	Diferença cambial (8)	Diminuições (9)	
Propriedades de investimento									
Bens de domínio público									
Terrenos e recursos naturais	1 569 920,40 €								1 569 920,40 €
Edifícios e outras construções	11 810 787,75 €			291 651,48 €					11 519 136,27 €
Outras propriedades de investimento									
Propriedades de investimento em curso									
Total	13 380 708,15 €	0,00 €	0,00 €	291 651,48 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	13 089 056,67 €

9 — Imparidade de ativos

O grupo público do Município de Castelo Branco tem reconhecidas perdas por imparidades relativas às seguintes rubricas:

- Município de Castelo Branco:
 - Devedores e credores por transferências, subsídios e empréstimos bonificados;
 - Clientes, contribuintes e utentes;
 - Outras contas a receber e a pagar.
- Serviços Municipalizados de Castelo Branco:
 - Clientes, contribuintes e utentes;
 - Outras contas a receber e a pagar.
- Albigec - Gestão de Equipamentos Culturais, Desportivos e de Lazer, EM/SA:
 - Dívidas a receber de clientes;
 - Outras contas a receber e a pagar.
- CATAA – Centro de Apoio Tecnológico Agro - Alimentar de Castelo Branco:
 - Dívidas a receber de clientes.
 - Outras contas a receber e a pagar.

No caso do Município de Castelo Branco e dos Serviços Municipalizados de Castelo Branco, as imparidades reconhecidas correspondem a dívida com mais de seis meses, cuja previsão de cobrança é reduzida.

No que respeita à reversão de imparidades o valor corresponde à anulação de saldos de clientes considerados incobráveis.

A este respeito, também atendendo aos baixos montantes apresentados pelas entidades SNC/SNC-ESNL (Albigec e CATAA), não foram harmonizados os períodos, pois estima-se num potencial impacto muito reduzido.

No que respeita à reversão de imparidades o valor corresponde à anulação de saldos de clientes considerados incobráveis.

Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa consolidados

Classes	Quantia Bruta	Perdas por Imparidade Acumulada	Reversão / Reforço de Imparidades	Movimentos de Consolidação	Quantia recuperável
Devedores e credores por transferências, subsídios e empréstimos bonificados	206 916,86 €	9 916,63 €			197 000,23 €
Clientes, contribuintes e utentes	3 013 672,40 €	1 699 986,26 €	104 357,76 €	-187 357,05 €	1 230 886,85 €
Outras contas a receber e a pagar	5 895 958,57 €	112 035,14 €	12 034,12 €	-200 150,85 €	5 595 806,70 €
Ativos fixos tangíveis	283 335 338,37 €	7 702 510,97 €			275 632 827,40 €
Total	292 451 886,20 €	9 524 449,00 €	116 391,88 €	-387 507,90 €	282 858 321,18 €

Quantia da perda por imparidade reconhecida ou revertida

Classe Ativo	Descrição	Imparidade Reconhecida	Reversão de Imparidades
21	Clientes, contribuintes e utentes	0,00 €	104 357,76 €
27	Outras contas a receber e a pagar	0,00 €	12 034,22 €
43	Ativos Fixos Tangíveis	7 702 510,97 €	
Total		7 702 510,97 €	116 391,98 €

10 — Inventários

Os inventários englobam bens comprados e detidos para revenda incluindo, por exemplo, mercadoria comprada por uma entidade e detida para revenda, produtos acabados ou trabalhos em curso que estejam a ser produzidos pela entidade. Os inventários também incluem materiais e consumíveis aguardando o seu uso no processo de produção e bens comprados ou produzidos por uma entidade, para distribuir a terceiros gratuitamente ou por um valor simbólico.

Os inventários devem ser mensurados pela quantia mais baixa entre o custo e o valor realizável líquido, exceto quando forem adquiridos através de uma transação sem contraprestação, devendo ser mensurados pelo justo valor à data de aquisição.

Quando os inventários forem detidos para distribuir sem contrapartida ou com uma contrapartida simbólica, ou para consumir no processo de produção de bens para subsequentemente distribuir sem contrapartida ou por uma contrapartida simbólica, devem ser mensurados pela quantia mais baixa entre o custo e o custo de reposição corrente.

O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de transformação e outros custos suportados para colocar os inventários no seu local e condição atuais.

Quando os inventários são vendidos, trocados ou distribuídos, a quantia escriturada desses inventários é reconhecida como um gasto do período em que o respetivo rendimento é reconhecido. Se não existir rendimento relacionado, o gasto é reconhecido quando os bens forem distribuídos ou o respetivo serviço for prestado. A quantia de qualquer abate de inventários, assim como todas as perdas de inventários, devem ser reconhecidas como um gasto no período em que ocorra o abate ou a perda. A reversão de qualquer abate de inventários é reconhecida como uma redução na quantia de inventários reconhecida como gasto do período em que a reversão ocorre.

CONTAS CONSOLIDADAS 2023



O custo de cada item de inventário é determinado através da média ponderada do seu custo inicial e do custo de itens semelhantes adquiridos durante 2023, custo médio ponderado.

Os quadros seguintes apresentam a informação sobre os valores de inventários e os movimentos do período.

Inventários – quantias escrituradas

Ativo	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	765 176,47 €		765 176,47 €
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	719 575,83 €		719 575,83 €
Produtos acabados e intermédios	106 028,83 €		106 028,83 €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			0,00 €
Produtos e trabalhos em curso			0,00 €
Total	1 590 781,13 €	0,00 €	1 590 781,13 €

Inventários – movimentos do período

Rubrica	Quantia escritura da inicial	Movimentos do período								Quantia escriturada final
		Compras Líquidas	Consumos/ gastos	Variações nos inventários da produção	Pérdidas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários		
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	
Mercadorias	542 557,72 €	2 861 854,22 €	2 860 855,82 €				18 334,48 €	239 954,63 €	765 176,47 €	
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	673 711,73 €	1 102 919,11 €	1 042 420,07 €				60 384,15 €	45 755,21 €	719 575,83 €	
Produtos acabados e intermédios				106 028,83 €					106 028,83 €	
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos									0,00 €	
Produtos e trabalhos em curso									0,00 €	
TOTAL	1 216 289,45 €	3 964 773,33 €	3 903 281,89 €	106 028,83 €	0,00 €	0,00 €	78 718,53 €	285 709,34 €	1 590 781,13 €	

11 — Agricultura

Não Aplicável.

12 — Contratos de construção

Não Aplicável.

13 — Rendimento de transações com contraprestação

Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rendimento, métodos adotados para determinar a fase de acabamento das transações que envolvam a prestação de serviços, quantia de cada categoria significativa de rendimento reconhecida durante o período e quantia de rendimento proveniente da troca de bens ou serviços incluídos em cada categoria significativa de rendimento

Aos rendimentos de transações com contraprestação de 2023 foi aplicado o princípio da especialização de exercícios, sempre que se reuniram condições para tal.

O rendimento é reconhecido quando for possível que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

Rendimentos de transações com contraprestação

	Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Movimentos de consolidação	Montantes consolidados		Adiantamento s recebidos
		Resultados	Patrimóni o líquido		Resultados	Patrimóni o líquido	
70	Impostos, contribuições e taxas						
704	Taxas, multas e outras penalidades	811 748,57 €			811 748,57 €		
71	Vendas	3 067 511,58 €		-192 444,52 €	2 875 067,06 €		
72	Prestação de serviços	12 058 378,39 €		-557 404,94 €	11 500 973,45 €		
73	Variações nos inventários da produção	106 028,83 €			106 028,83 €		
74	Trabalhos para a própria entidade	72 627,80 €			72 627,80 €		
78	Outros rendimentos						
781	Rendimentos suplementares	868 070,03 €			868 070,03 €		
782	Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00 €			0,00 €		
784	Ganhos em inventários	306 595,51 €			306 595,51 €		
786	Rendimentos nos restantes ativos financeiros	176,64 €			176,64 €		
787	Rendimentos em investimentos não financeiros	4 340 411,76 €			4 340 411,76 €		
7881	Começões relativas a períodos anteriores	526 366,45 €			526 366,45 €		
7889	Outros não especificados	140 917,72 €		-2 955,25 €	137 962,47 €		
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	1 186 360,01 €		-69 655,15 €	1 116 894,86 €		
TOTAL		23 485 193,29 €	0,00 €	-822 469,86 €	22 662 723,43 €	0,00 €	0,00 €

14 — Rendimento de transações sem contraprestação

Quantia de rédito proveniente de transações sem contraprestação reconhecidas durante o período por classes principais evidenciando separadamente, os impostos e as transferências e políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento dos rendimentos referidos

Aos rendimentos de transações com contraprestação de 2023 foi aplicado o princípio da especialização de exercícios, sempre que se reuniram condições para tal.

Exceção feita aos montantes recebidos de Subsídios ao Investimento pela entidade consolidante do Fundo de Equilíbrio Financeiro – vertente de capital e n.º 3 do art.º 35 da Lei 73/2013, que são registados inicialmente no património líquido e que depois são reconhecidos, proporcionalmente, em proveitos do ano à medida em que os bens que estão imputados também são depreciados.

CONTAS CONSOLIDADAS 2023



Rendimentos de transações sem contraprestação

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Movimentos de consolidação	Montantes consolidados		Adiantamento a receber
	Resultados	Património líquido		Resultados	Património líquido	
701 Impostos diretos						
70105 Imposto municipal sobre imóveis	6 560 949,00 €			6 560 949,00 €		
70106 Imposto único de circulação	1 535 702,48 €			1 535 702,48 €		
70199 Outros	2 532,87 €			2 532,87 €		
702 Impostos indiretos						
70210 Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	2 813 041,45 €			2 813 041,45 €		
75 Transferências e subsídios correntes obtidos						
75111 Estado	23 618 579,32 €			23 618 579,32 €		
75115 Segurança Social	12 741,18 €			12 741,18 €		
75119 Outras entidades	1 930 935,96 €		-862 524,11 €	968 411,85 €		
7513 Famílias	0,00 €			0,00 €		
7514 Resto do mundo	95 624,78 €			95 624,78 €		
7519 Outras entidades	916,98 €			916,98 €		
752 Subsídios correntes	171 881,98 €			171 881,98 €		
76 Reversões						
761 De depreciações e de amortizações	65,89 €			65,89 €		
762 De perdas por imparidade	116 391,98 €			116 391,98 €		
763 De provisões	0,00 €			0,00 €		
78 Outros rendimentos						
785 Rendimentos em entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	219 765,23 €		-150 100,08 €	69 665,15 €		
7880 Outros rendimentos do Estado	16 539,95 €			16 539,95 €		
7883 Imputação de subsídios e transferências para investimentos	7 043 300,17 €		-120 375,15 €	6 922 925,02 €		
7884 Ganhos em outros instrumentos financeiros	0,00 €			0,00 €		
TOTAL	44 136 969,22 €	0,00 €	-1 232 995,34 €	42 905 969,88 €	0,00 €	0,00 €

15 — Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Quantia escriturada no inicio e no fim do período, aumentos e diminuições de provisões

Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Naturezas	Quantia escriturada Início (1)	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final (10)=(1)+(2)-(3)-(4)
		Motivos (2)	Aumentos da quantia descontada (3)	Outros aumentos (4)	Total aumentos (3)+(4)-(2)	Utilizações (5)	Reversões (7)	Outras diminuições (8)	Total diminuições (5)+(7)-(8)	
Impostos, contribuições e taxas Garantias e clientes										
Processos judiciais em curso	22 141 842,28 €	4 395 596,96 €			4 395 596,96 €		- €		- €	22 536 639,24 €
Acidentes de trabalho e doenças profissionais										
Materias ambientais										
Contratos onerosos Reestruturação e reorganização										
Outras provisões										
Total	22 141 842,28 €	4 395 596,96 €	- €	- €	4 395 596,96 €	- €	- €	- €	- €	22 536 639,24 €

16 — Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável.

17 — Acontecimentos após a data de relato

Autorização para emissão das contas e quem deu essa autorização

As demonstrações financeiras consolidadas reuniram condições para a sua emissão, após aprovadas as contas individuais da entidade consolidante e das entidades consolidadas.

Atualização das divulgações acerca de condições à data do balanço consolidado

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas consolidadas.

Divulgação de acontecimentos após a data de relato que não dão lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras

Considerando a incerteza relativamente à evolução da conjuntura económica e social torna-se impossível prever quais os efeitos financeiros para o Grupo Municipal no âmbito das suas funções sociais e económicas.

18 — Instrumentos financeiros

Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros, quantia escriturada de cada uma das categorias, bases de determinação do justo valor

Relativamente à entidade consolidante, a participação financeira do Município de Castelo Branco, no capital social de outras entidades consta no quadro infra. As participações nas entidades consolidadas Serviços Municipalizados de Castelo Branco, Albigeo – Gestão de Equipamentos Culturais, Desportivos e de Lazer, E.M., S.A. e CATAA – Associação Centro de Apoio Tecnológico Agro-Alimentar de Castelo Branco, estão mensuradas nas demonstrações individuais pelo método da equivalência patrimonial. Nas demonstrações consolidadas as referidas participações foram eliminadas.

As restantes participações estão mensuradas pelo método do custo.

Participações financeiras

Entidade Participada		Tipo de Entidade	Morada	Capital Social (€)	Participação			Valor escrutado no final de 2023 (€)
Denominação	N.I.P.C.				Valor nominal subscrito (€)	%	Valor nominal realizado (€)	
Serviços Municipalizados de Castelo Branco	680017640	Serviços Municipalizados	Av. Nuno Álvares, nº 32 - r/c, 6000-083 Castelo Branco	22 066 789,09 €	22 066 789,09 €	100,00%	22 066 789,09 €	50 309 420,69 €
Albigeo - Gestão de Equipamentos Culturais, Desportivos e de Lazer, E.M., S.A.	505715449	EM / SA	Praça do Município - Edifício da Câmara Municipal, 6000-458 Castelo Branco	50 000,00 €	50 000,00 €	100,00%	50 000,00 €	698 377,31 €
CATAA - Associação Centro de Apoio Tecnológico Agro-Alimentar de C. Branco	509528678	Associação Privada sem fins lucrativos / Utilidade Pública	Zona Industrial - Rua A, 6000-459 Castelo Branco	50 000,00 €	47 000,00 €	94,00%	47 000,00 €	2 220 303,73 €
Municipal - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M.S.A.	504475606	EM / SA	Av. Prof. Dr. Cavaco Silva, 11, 2740-120 Porto Salvo	3 236 678,67 €	24 950,00 €	0,77%	24 950,00 €	24 950,00 €
Valnor - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	505255090	S.A.	Centro Integrado de Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, Herdade da Marrãs, 7480-352 Figueira e Barros	10 000 000,00 €	599 719,00 €	6,00%	599 719,00 €	599 719,00 €
Fundo de Apoio Municipal	513319182	Outras Pessoas Coletivas de Direito Público	Rua Gregório Lopes, Lote 1514 R/c, 1400-195 Lisboa	650 000 000,00 €	1 236 294,00 €	0,19%	1 236 294,00 €	1 236 294,00 €
Total								55 089 064,73 €

CONTAS CONSOLIDADAS 2023



Investimentos financeiros consolidados

Rubricas	Quanta escriturada Inicial	Imparidades Iniciais	Variações					Movimentos de consolidação	Quanta escriturada Final
			Adições	Aplicação MEP contas individuais	Amortizações	Reversões de perda por imparidade	Diminuições		
Investimentos em entidades controladas	0,00 €		0,01 €	-1 164 681,10 €				1 164 681,10 €	0,01 €
Investimentos em entidades associadas	3 941 169,00 €								3 941 169,00 €
Investimentos em empreendimentos conjuntos	0,00 €								0,00 €
Investimentos noutras entidades	1 239 352,89 €		173,16 €						1 239 526,05 €
Outros investimentos financeiros	12 999,73 €						2 860,54 €		10 139,19 €
Total	5 183 521,82 €	0,00 €	173,17 €	-1 164 681,10 €	0,00 €	0,00 €	2 860,54 €	1 164 681,10 €	5 190 834,25 €

Movimentos ocorridos nas rubricas de património líquido consolidado

Rubricas		Saldo Inicial	Aumento	Diminuição	Movimentos de Consolidação	Saldo Final
51	Património / capital	62 817 956,48 €			-6 417 823,50 €	56 400 132,98 €
551	Reservas legais	7 069 534,63 €				7 069 534,63 €
552	Outras Reservas	0,00 €				0,00 €
561	Resultados transitados de períodos anteriores	286 882 581,62 €			-5 766 449,56 €	281 116 132,06 €
562	Regularizações	3 780 612,13 €	366 958,62 €	8 537 799,10 €		-4 390 228,35 €
564	Ajustamentos de transição para o SNC-AP	-5 123 828,78 €				-5 123 828,78 €
57	Ajustamentos em ativos financeiros	-27 543,22 €			27 543,22 €	0,00 €
59	Outras variações no património líquido	72 793 111,21 €	9 685 825,43 €	12 673 845,07 €	119 600,24 €	69 924 691,81 €
818	Resultado líquido do período	-5 440 292,64 €	4 003 087,89 €	6 615 169,74 €	1 429 661,51 €	-6 622 712,98 €
Interesses que não controlam		156 678,29 €				141 587,61 €
Total		422 908 809,72 €	14 055 871,94 €	27 826 813,91 €	-10 607 468,09 €	398 515 308,98 €

19 — Benefícios dos empregados

Não Aplicável.

20 — Divulgações de partes relacionadas

Nos quadros seguintes indica-se o controlo da entidade consolidante nas participadas incluídas na consolidação e as transações entre ambas.

CONTAS CONSOLIDADAS 2023



Entidades controladas

Entidade Participada		Tipo de Entidade	Morada	Capital Social (€)	Participação	% Controlo		Controlo Final
Denominação	N.I.P.C.					Valor nominal subscrito (€)	Direto	
Serviços Municipalizados de Castelo Branco	680017640	Serviços Municipalizados	Av. Nuno Álvares, nº 32 - r/c, 6000-083 Castelo Branco	22 066 789,09 €	22 066 789,09 €	100,00%		100,00%
Albigec - Gestão de Equipamentos Culturais, Desportivos e de Lazer, E.M., S.A.	505715449	EM / SA	Praça do Município - Edifício da Câmara Municipal ,6000-458 Castelo Branco	50 000,00 €	50 000,00 €	100,00%		100,00%
CATAA - Associação Centro de Apoio Tecnológico Agro-Alimentar de C. Branco	509528678	Associação Privada sem fins lucrativos / Utilidade Pública	Zona Industrial - Rua A, 6000-459 Castelo Branco	50 000,00 €	47 000,00 €	94,00%		94,00%

Transações entre partes relacionadas

Entidade relacionada	Natureza do relacionamento	Transação		
		Tipo	Quantia	% no total das transações
Serviços Municipalizados de Castelo Branco	Entidade Controlada	Fornecimentos e serviços externos prestados à entidade controladora	887 568,76 €	43,20%
		Subsídio concedido pela entidade controladora	206 327,20 €	10,04%
Albigec - Gestão de Equipamentos Culturais, Desportivos e de Lazer, E.M., S.A.	Entidade Controlada	Subsídio concedido pela entidade controladora	349 386,54 €	17,00%
		Cobertura de Prejuízos	289 891,57 €	14,11%
CATAA - Associação Centro de Apoio Tecnológico Agro-Alimentar de C. Branco	Entidade Controlada	Subsídio concedido pela entidade controladora	321 385,60 €	15,64%
		Fornecimentos e serviços externos prestados pela entidade controladora	214,33 €	0,01%
Total			2 054 774,00 €	100,00%

CONTAS CONSOLIDADAS 2023



Pessoas chave da gestão do grupo público

Pessoas chave da gestão da entidade consolidante – Município de Castelo Branco

Relação nominal dos responsáveis

Nome	Orgão / Cargo	Período de responsabilidade
Ana Teresa Vaz Ferreira	Vereadora	01/01/2023 ----- 31-12-2023
Hélder Manuel Guerra Henriques	Vereador	01/01/2023 ----- 31-12-2023
João Manuel Ascensão Belém	Vereador	01/01/2023 ----- 31-12-2023
Jorge Manuel Carrega Pio	Vereador	01/01/2023 ----- 31-12-2023
Leopoldo Martins Rodrigues	Presidente da Câmara	01/01/2023 ----- 31-12-2023
Luís Manuel dos Santos Correia	Vereador	01/01/2023 ----- 31-12-2023
Patrícia Alexandra Santos Carvalheiro Coelho	Vereadora	01/01/2023 ----- 31-12-2023

CONTAS CONSOLIDADAS 2023



Pessoas chave da gestão da entidade consolidada – Serviços Municipalizados de Castelo Branco

Relação nominal dos responsáveis

Nome	Orgão / Cargo	Período de responsabilidade
Leopoldo Martins Rodrigues	Presidente Conselho de Administração	01/01/2023 ----- 31-12-2023
Helder Manuel Guerra Henriques	Vogal do Conselho de Administração	01/01/2023 ----- 31-12-2023
Sónia Cristina Cristóvão Mexia	Vogal do Conselho de Administração	01/01/2023 ----- 31-12-2023

Pessoas chave da gestão da entidade consolidada – Albigec – Gestão de Equipamentos Culturais, Desportivos e de Lazer, EM, SA.

Relação nominal dos responsáveis

Nome	Orgão / Cargo	Período de responsabilidade
Leopoldo Martins Rodrigues	Presidente	01/01/2023 ----- 31-12-2023
Fernando Manuel Raposo	Vogal do Conselho de Administração	01/01/2023 ----- 31-12-2023
Helder Manuel Guerra Henriques	Vogal do Conselho de Administração	01/01/2023 ----- 31-12-2023

CONTAS CONSOLIDADAS 2023



Pessoas chave da gestão da entidade consolidada – CATAA – Associação Centro Tecnológico de Apoio Agro Alimentar de Castelo Branco

Relação nominal dos responsáveis

Nome	Orgão / Cargo	Período de responsabilidade
Leopoldo Martins Rodrigues	Presidente	01/01/2023 ----- 31-12-2023
Patricia Margarida Santos Carvalheiro Coelho	Vogal	01/01/2023 ----- 31-12-2023
António Tavares Carmona Mendes	Vogal	01/01/2023 ----- 31-12-2023

21 — Relato por segmentos

Não aplicável.

22 — Interesses em outras entidades

As entidades em que o Município detém interesse são as constantes da nota 18.

CONTAS CONSOLIDADAS 2023



23 – Outras divulgações

Gastos e perdas consolidados

Conta	Gastos	2023		2022		Variação	
		VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
60	Transferências e subsídios concedidos	8 896 873,63 €	12,32%	7 903 471,12 €	11,52%	-993 402,51 €	-11,17%
61	Custos Mercadorias Vendidas e Das Matérias Consumidas	3 903 281,69 €	5,41%	3 839 559,13 €	5,60%	-63 722,56 €	-1,63%
62	Fornecimentos e Serviços Externos	20 254 142,88 €	28,06%	20 582 740,96 €	30,00%	328 598,08 €	1,62%
63	Gastos com Pessoal	16 456 159,24 €	22,80%	14 070 354,06 €	20,50%	-2 385 805,18 €	-14,50%
64	Gastos de depreciação e de amortização	18 386 183,50 €	25,47%	18 714 911,08 €	27,27%	328 727,58 €	1,79%
65	Perdas por imparidades	0,00 €	0,00%	214 207,47 €	0,31%	214 207,47 €	0,00%
67	Provisões do período	2 712 523,70 €	3,76%	1 868 629,19 €	2,72%	-843 894,51 €	-31,11%
68	Outros gastos	1 532 917,75 €	2,12%	1 398 968,36 €	2,04%	-133 949,39 €	-8,74%
69	Juros e gastos similares suportado	44 958,22 €	0,06%	27 367,49 €	0,04%	-17 590,73 €	-39,13%
Total		72 187 040,61 €	100%	68 620 208,86 €	100%	-3 566 831,75 €	-4,94%

Rendimentos e ganhos consolidados

Conta	Rendimentos	2023		2022		Variação	
		VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
70	Impostos, contribuições e taxas	11 723 974,37 €	17,88%	11 602 757,20 €	18,36%	-121 217,17 €	-1,03%
71	Vendas	2 875 067,06 €	4,38%	2 749 270,80 €	4,35%	-125 796,26 €	-4,38%
72	Prestações de serviços e concessões	11 500 973,45 €	17,54%	11 616 636,42 €	18,39%	115 662,97 €	1,01%
73	Variações nos inventários de produção	106 028,83 €	0,16%	0,00 €	0,00%	-106 028,83 €	-100,00%
74	Trabalhos para a própria entidade	72 627,80 €	0,11%	102 233,20 €	0,16%	29 605,40 €	40,76%
75	Transferências e subsídios correntes obtidos	24 868 156,09 €	37,92%	23 203 751,93 €	36,73%	-1 664 404,16 €	-6,69%
76	Reversões	116 457,87 €	0,18%	29 703,23 €	0,05%	-86 754,64 €	-74,49%
78	Outros rendimentos	13 188 712,98 €	20,11%	13 721 870,12 €	21,72%	533 157,14 €	4,04%
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	1 116 694,86 €	1,70%	151 188,09 €	0,24%	-965 506,77 €	-86,46%
812	Imposto sobre o rendimento do período	4 355,68 €	0,01%	2 505,23 €	0,00%	-1 860,45 €	-42,62%
Total dos rendimentos		65 573 058,99 €	100,00%	63 179 916,22 €	100,00%	-2 393 142,77 €	-3,65%

CONTAS CONSOLIDADAS 2023



Fornecimentos e serviços externos consolidados

Conta	Fornecimentos e serviços externos	2023		2022		Variação	
		VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
621	Subcontratos	5 293 796,76 €	26,14%	4 970 467,58 €	24,15%	-323 329,18 €	-6,11%
622	Serviços especializados	5 417 091,57 €	26,75%	4 597 267,18 €	22,34%	-819 824,39 €	-15,13%
623	Materiais	580 771,60 €	2,87%	422 467,06 €	2,05%	-158 304,54 €	-27,26%
624	Energia e fluidos	4 176 863,02 €	20,62%	6 033 357,42 €	29,31%	1 856 494,40 €	44,45%
625	Deslocações, estadas e transportes	375 153,16 €	1,85%	238 990,94 €	1,16%	-136 162,22 €	-36,30%
626	Serviços diversos	4 410 466,77 €	21,78%	4 320 190,78 €	20,99%	-90 275,99 €	-2,05%
Total		20 254 142,88 €	100,00%	20 582 740,96 €	100,00%	328 598,08 €	1,62%

Gastos com o pessoal consolidados

Conta	Gastos com o Pessoal	2023		2022		Variação	
		VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
630	Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	274 664,52 €	1,67%	268 534,07 €	1,91%	-6 130,45 €	-2,23%
631	Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	71 724,13 €	0,44%	71 411,79 €	0,51%	-312,34 €	-0,44%
632	Remunerações do pessoal	12 544 018,03 €	76,23%	10 663 224,35 €	75,79%	-1 880 793,68 €	-14,99%
633	Benefícios pós-emprego	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
634	Indemnizações	42 655,06 €	0,26%	0,00 €	0,00%	-42 655,06 €	0,00%
635	Encargos sobre remunerações	2 732 098,60 €	16,60%	2 354 419,93 €	16,73%	-377 678,67 €	-13,82%
636	Seguro acidentes no trabalho e doenças profissionais	216 166,82 €	1,31%	204 960,65 €	1,46%	-11 206,17 €	-5,18%
637	Gastos de ação social	660,00 €	0,00%	1 860,00 €	0,01%	1 200,00 €	181,82%
638	Outros gastos com pessoal	270 644,21 €	1,64%	231 728,79 €	1,65%	-38 915,42 €	-14,38%
639	Outros encargos sociais	303 527,87 €	1,84%	274 214,48 €	1,95%	-29 313,39 €	-9,66%
Total		16 456 159,24 €	100,00%	14 070 354,06 €	100,00%	-2 385 805,18 €	-14,50%

CONTAS CONSOLIDADAS 2023



DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL

Rub.	RECEBIMENTOS	2023	2022	Rub.	PAGAMENTOS	2023	2022
	Saldo da gerência anterior	121 273 398,92 €	118 387 762,41 €				
	Operações Orçamentais [1]	120 801 105,13 €	117 853 811,12 €				
	Dedução do saldo oper. Orçamentais	0,00 €	0,00 €				
	Operações de tesouraria [A]	472 293,79 €	403 951,29 €				
	Recalculo corrente	54 373 712,51 €	52 749 816,50 €				
R11	Recetas Fiscais	10 992 344,98 €	10 709 756,08 €	D1	Despesas com o pessoal	48 100 946,97 €	39 630 578,67 €
R12	Impostos diretos	10 992 344,98 €	10 709 756,08 €	D11	Remunerações Curtas e Permanentes	14 807 812,75 €	12 681 628,70 €
R12	Impostos indiretos	0,00 €	0,00 €	D12	Abonos Variáveis ou Eventuais	11 501 816,88 €	9 716 213,70 €
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00 €	0,00 €	D13	Segurança Social	2 805 001,83 €	3 269 417,81 €
R3	Taxas, multas e outras penalidades	782 857,17 €	877 522,64 €	D2	Aquisição de bens e serviços	25 647 485,52 €	20 017 219,09 €
R4	Rendimentos de propriedade	493 132,47 €	470 113,06 €	D3	Juros e outros encargos	48 096,02 €	24 425,73 €
R5	Transferências correntes	25 318 168,50 €	24 175 408,00 €	D4	Transferências correntes	8 895 211,50 €	6 181 519,70 €
R51	Administrações Públicas	25 318 168,50 €	24 175 408,00 €	D41	Administrações Públicas	1 463 394,00 €	1 784 985,15 €
R511	Administração Central - Estado Português	25 318 168,50 €	24 175 408,00 €	D411	Administração Central - Estado Português	164 266,21 €	38 850,00 €
R512	Administração Central - Outras entidades	25 151 578,78 €	24 108 158,48 €	D412	Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €
R513	Segurança Social	80 693,78 €	54 508,34 €	D413	Segurança Social	0,00 €	0,00 €
R514	Administração Regional	25 482,36 €	12 741 18 €	D414	Administração Regional	0,00 €	0,00 €
R515	Administração Local	0,00 €	0,00 €	D415	Administração Local	1 299 324,87 €	1 753 735,15 €
R52	Exterior - U.E	80 413,69 €	0,00 €	D42	Instituições sem fins lucrativos	4 145 246,92 €	3 957 083,65 €
R53	Outras	0,00 €	0,00 €	D43	Famílias	738 789,93 €	166 602,63 €
R6	Venda de bens e serviços	16 732 718,39 €	16 234 594,00 €	D44	Outras	647 580,57 €	283 238,27 €
R7	Outras receitas correntes	54 390,91 €	282 222,12 €	D5	Subsídios	321 385,00 €	321 385,00 €
	Receita de capital	4 836 715,42 €	4 177 879,80 €	D6	Outras despesas correntes	260 252,58 €	594 500,00 €
R8	Venda de bens de investimento	511 852,56 €	899 894,00 €	Despesas de capital	14 389 283,15 €	13 845 258,26 €	
R9	Transferências de capital	4 321 533,20 €	3 245 990,78 €	D7	Investimento	11 595 654,26 €	11 542 276,01 €
R91	Administrações Públicas	4 321 533,20 €	3 245 990,78 €	D8	Transferências de capital	2 793 810,89 €	2 102 980,25 €
R911	Administração Central - Estado Português	4 247 610,10 €	3 245 990,78 €	D81	Administrações Públicas	998 050,70 €	417 126,27 €
R912	Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €	D811	Administração Central - Estado Português	0,00 €	0,00 €
R913	Segurança Social	0,00 €	0,00 €	D812	Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €
R914	Administração Regional	0,00 €	0,00 €	D813	Segurança Social	0,00 €	0,00 €
R915	Administração Local	73 923,16 €	0,00 €	D814	Administração Regional	0,00 €	0,00 €
R92	Exterior - U.E	0,00 €	0,00 €	D815	Administração Local	996 950,70 €	417 126,27 €
R93	Outras	0,00 €	0,00 €	D82	Instituições sem fins lucrativos	1 256 683,62 €	1 444 376,58 €
R10	Outras receitas de capital	3 549 60 €	31 795,04 €	D83	Famílias	539 996,57 €	241 477,42 €
R11	Reposições não abetidas aos pagamentos	36 799,00 €	29 041 04 €	D84	Outras	0,00 €	0,00 €
	Receita efetiva [2]	59 247 247,89 €	58 956 337,34 €	D9	Outras despesas de capital	0,00 €	0,00 €
	Receita não efetiva [3]	0,00 €	0,00 €	Despesas efetivas [5]	62 490 212,12 €	51 478 835,19 €	
R12	Recetas com avos financeiros	0,00 €	0,00 €	Despesa não efetiva [6]	481 981,18 €	633 208,14 €	
R13	Recetas com passivos financeiros	0,00 €	0,00 €	D10	Despesa com avos financeiros	0,00 €	145 249,65 €
	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	180 048 353,02 €	174 910 148,46 €	D11	Despesa com passivos financeiros	481 981,18 €	487 958,49 €
	Operações de tesouraria [B]	110 904,71	137 172,80	Soma [7]=[5]+[6]	62 972 173,30 €	54 109 043,33 €	
			Operações de tesouraria [C]	196 294,88 €	68 830,10 €		
			Saldo para a gerência seguinte				
			Operações orçamentais [B]=[1]+[4]+[7]	117 078 179,72 €	120 801 105,13 €		
			Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]+[C]	385 003,82 €	472 293,79 €		
			Saldo global [2]+[5]	-3 242 964,23 €	3 480 502,15 €		
			Despesa primária	62 441 213,10 €	53 451 499,46 €		
			Saldo corrente	8 272 785,54 €	12 919 037,57 €		
			Saldo de capital	-10 034 490,91 €	-10 100 784,80 €		
			Saldo permanente	-3 193 865,21 €	3 504 027,88 €		
			Recata total [1]+[2]+[3]	180 048 353,02 €	174 910 148,46 €		
			Despesa total [5]+[6]	62 972 173,30 €	54 109 043,33 €		

CONTAS CONSOLIDADAS 2023



DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA

Rub.	LIQUIDAÇÕES	2023	2022	Rub.	OBRIGAÇÕES	2023	2022
R1	Receita corrente	54 373 712,51 €	52 115 085,31 €	D1	Despesas corrente	48 100 946,97 €	39 797 728,54 €
R11	Receita Fiscal	10 992 344,96 €	10 709 756,06 €	D11	Despesas com o pessoal	14 607 512,75 €	12 859 030,25 €
R11	Impostos diretos	10 992 344,96 €	10 709 756,06 €	D12	Remunerações Curtas e Permanentes	11 501 816,88 €	9 844 440,23 €
R12	Impostos indirectos	0,00 €	0,00 €	D13	Abonos Variáveis ou Eventuais	400 194,24 €	309 198,14 €
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00 €	0,00 €	D13	Segurança Social	2 905 601,83 €	2 705 431,88 €
R3	Taxes, multas e outras penalidades	782 957,17 €	865 767,53 €	D3	Aquisição de bens e serviços	25 647 485,52 €	20 078 355,78 €
R4	Rendimentos de propriedade	493 132,47 €	470 113,66 €	D4	Juros e outros encargos	48 999,02 €	24 425,73 €
R5	Transferências correntes	25 316 168,59 €	24 175 408,00 €	D41	Transferências correntes	8 985 211,50 €	5 920 531,17 €
R51	Administrações Públicas	25 316 168,59 €	24 175 408,00 €	D411	Administração Central - Estado Português	1 483 584,08 €	1 793 780,81 €
R511	Administração Central - Estado Português	25 212 272,54 €	24 162 666,82 €	D412	Administração Central - Outras entidades	164 269,21 €	38 850,00 €
R512	Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €	D413	Segurança Social	0,00 €	0,00 €
R513	Segurança Social	25 482,36 €	12 741,18 €	D414	Administração Regional	0,00 €	263 238,27 €
R514	Administração Regional	0,00 €	0,00 €	D415	Administração Local	1 299 324,67 €	1 491 692,34 €
R515	Administração Local	80 413,89 €	0,00 €	D42	Instituições sem fin lucrativos	4 145 246,82 €	3 957 093,65 €
R52	Exterior - UE	0,00 €	0,00 €	D43	Famílias	738 789,93 €	169 658,91 €
R53	Outras	0,00 €	0,00 €	D44	Outras	647 580,57 €	0,00 €
R6	Venda de bens e serviços	16 732 718,39 €	15 627 433,42 €	D5	Subsídios	321 385,60 €	321 385,60 €
R7	Outras receitas correntes	54 390,91 €	268 606,82 €	D6	Outras despesas correntes	280 252,58 €	598 000,03 €
R8	Receita de capital	4 836 733,42 €	4 177 679,80 €	D7	Despesa de capital	14 389 265,15 €	13 778 375,73 €
R9	Venda de bens de investimento	511 652,56 €	899 894,00 €	D8	Investimento	11 595 654,26 €	11 675 395,46 €
R9	Transferências de capital	4 321 533,26 €	3 245 990,76 €	D81	Transferências de capital	2 793 610,89 €	2 102 980,25 €
R91	Administrações Públicas	4 321 533,26 €	3 245 990,76 €	D811	Administrações Públicas	998 950,70 €	417 128,27 €
R911	Administração Central - Estado Português	4 247 810,10 €	3 245 990,76 €	D812	Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €
R912	Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €	D813	Segurança Social	0,00 €	0,00 €
R913	Segurança Social	0,00 €	0,00 €	D814	Administração Regional	0,00 €	0,00 €
R914	Administração Regional	0,00 €	0,00 €	D815	Administração Local	998 950,70 €	417 128,27 €
R915	Administração Local	73 923,16 €	0,00 €	D82	Instituições sem fin lucrativos	1 256 663,62 €	1 444 378,58 €
R92	Exterior - UE	0,00 €	0,00 €	D83	Famílias	539 999,57 €	241 477,42 €
R93	Outras	0,00 €	0,00 €	D84	Outras	0,00 €	0,00 €
R10	Outras receitas de capital	3 549,60 €	31 795,04 €	D9	Outras despesas de capital	0,00 €	0,00 €
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	36 799,99 €	29 063,21 €	D99	Despesa efetiva [5]	62 490 212,12 €	53 976 104,27 €
	Receita efetiva [2]	59 247 247,89 €	56 321 828,32 €	D10	Despesa não efetiva [6]	481 981,18 €	633 208,14 €
R12	Receita não efetiva [3]	0,00 €	0,00 €	D11	Despesa com ativos financeiros	0,00 €	145 249,85 €
R13	Receta com ativos financeiros	0,00 €	0,00 €		Despesa com passivos financeiros	481 981,18 €	487 958,49 €
	Receta total [4]=[1]+[2]+[3]	59 247 247,89 €	56 321 828,32 €		Despesa total [7]=[5]+[6]	62 972 173,30	54 209 312,41 €

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DÍVIDAS A TERCEIROS POR ANTIGUIDADE DE SALDOS

Descrição	Dívidas vencidas		Intervalos de antiguidade da dívida vencida				Excepções	Pagamentos em atraso	Total dívida por natureza		
	Curto prazo	Média / Longo prazo	< 90	90 - 180	180 - 365	> 365			Curto prazo	Média / Longo prazo	Soma
Despesas e Correntes											
Despesas com pessoal											
Remunerações certas e permanentes			142 088,93 €						142 088,93 €		142 088,93 €
Abonos variáveis ou eventuais			3 841,99 €						3 841,99 €		3 841,99 €
SS - Encargos com saúde											0,00 €
ADSE e outros da AP											0,00 €
Outros sectores fora da AP	4 993,92 €								4 993,92 €		4 993,92 €
SS - Contribuições de segurança social	0,00 €								0,00 €		0,00 €
CGA	15 612,15 €								15 612,15 €		15 612,15 €
Segurança social - Regime geral	21 275,37 €								21 275,37 €		21 275,37 €
Outras											0,00 €
SS - Outras											0,00 €
Outras											0,00 €
Aquisição de bens e serviços											0,00 €
Aquisição de bens e serviços	212 584,29 €		47 921,14 €	6 069,80 €	0,00 €	947,00 €	947,00 €	6 969,80 €	268 103,58 €		268 103,58 €
Juros e outros encargos											0,00 €
Juros e outros encargos											0,00 €
Transferências correntes											0,00 €
Administrações públicas											0,00 €
Outras transferências correntes	31,83 €								31,83 €		31,83 €
Subsídios											0,00 €
Subsídios											0,00 €
Outras despesas correntes											0,00 €
Outras despesas correntes											0,00 €
Despesas de Capital											
Aquisição de bens de capital											0,00 €
Aquisição de bens de capital	116 755,10 €		60 905,15 €						178 536,07 €		178 536,07 €
Transferências de capital											0,00 €
Administrações públicas											0,00 €
Outras transferências de capital	9 995,80 €								9 995,80 €		9 995,80 €
Aquisição de ativos financeiros											0,00 €
Aquisição de ativos financeiros											0,00 €
Reembolsos de passivos financeiros											0,00 €
Reembolsos de passivos financeiros											0,00 €
Outras despesas de capital											0,00 €
Outras despesas de capital											0,00 €
Soma	381 248,48 €	0,00 €	254 755,21 €	6 969,80 €	0,00 €	3 322,82 €	3 322,82 €	8 969,80 €	645 977,94 €	0,00 €	645 977,94 €

NOTA EXPLICATIVA ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS

As demonstrações orçamentais consolidadas incluem apenas os valores da entidade consolidante Município de Castelo Branco e da entidade consolidada Serviços Municipalizados de Castelo Branco, uma vez que as restantes entidades consolidadas não apresentaram em 2023 as referidas demonstrações, pelos seguintes motivos:

- A empresa municipal Albigec - Gestão de Equipamentos Culturais, Desportivos e de Lazer, EM/SA, aplica o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), não se enquadra na Norma de Contabilidade Pública 26, não tendo por esse motivo a obrigatoriedade de elaborar as referidas demonstrações orçamentais.
- A Associação CATAA – Centro de Apoio Tecnológico Agro - alimentar de Castelo Branco aplicou o SNC-AP, pela primeira vez no exercício de 2023, em relação à Contabilidade Patrimonial. No concernente à Contabilidade Orçamental, NCP 26, não foi aplicada, pois em 2023 tratou-se de uma conversão do seu normativo anterior (SNC-ESNL), pelo o que ainda não tem a componente orçamental implementada.

14
15

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Município de Castelo Branco, (o Grupo) que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 480 773 milhares de euros e um total de fundos próprios de 398 515 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 6 623 milhares de euros), a demonstração de resultados por natureza consolidada, a demonstração das alterações no património líquido consolidada, a demonstração de fluxos de caixa consolidados, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira consolidada do Município de Castelo Branco em 31 de dezembro de 2023, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes do Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme referido no relatório e contas de 2023 do CATAA, esta é uma entidade pública reclassificada pelo INE e nestes termos deve aplicar o SNC-AP. Em 2023, o CATAA, ainda não aplicou em toda a sua extensão aquele normativo, designadamente no que se refere à implementação e controlo da receita e despesa orçamentais, situação que levou a ainda não integrar o perímetro da contabilidade orçamental da consolidação de 2023. A nossa opinião não é modificada com respeito a esta matéria.



Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e adequada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o SNC-AP;
- elaboração da consolidação de contas 2023 nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais consolidadas

Auditamos as demonstrações orçamentais consolidadas anexas do Grupo que compreendem a demonstração consolidada do desempenho orçamental (que evidencia um total de receita total de 180 048 milhares de euros e um total de despesa total de 69 972 milhares de euros) e a demonstração a demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas do Grupo. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais consolidadas anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

**Sobre a consolidação de contas 2023**

Em nossa opinião, a consolidação de contas 2023 foi preparada de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e demonstrações orçamentais consolidadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.



Entroncamento, XX de junho de 2024

Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, SROC, Lda
Representada por José de Jesus Gonçalves Mendes
(ROC nº 833; CMVM n.º 20160459)



RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS (Contas Consolidadas)

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação do Órgão Deliberativo do Município de Castelo Branco o nosso parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidadas do Município de Castelo Branco, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

2. Na qualidade de Revisores Oficiais de Contas do Município, emitimos a respetiva Certificação Legal de Contas Consolidada que para todos os efeitos, aqui se dá como integralmente reproduzida.

3. No âmbito das nossas atribuições e competências acompanhámos a elaboração das contas consolidadas, tendo recebido dos Serviços Administrativos todos os elementos e esclarecimentos que entendemos necessários para o desempenho das nossas funções.

PARECER DA SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

4. Em face do exposto, não tendo tomado conhecimento de violação da lei somos de parecer que:

- Que a consolidação de contas 2023, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, está em condições de ser aprovada pela Assembleia Municipal.

Finalmente, os Revisores Oficiais de Contas desejam agradecer ao órgão Executivo e aos Serviços do Município toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Entroncamento, XX de junho de 2024

Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, SROC, Lda.,
representada por

José de Jesus Gonçalves Mendes
(ROC n.º 833; CMVM n.º 20160459)

M
E
G
O
L
A
T
R
E
P
R
O
D
U
C
T
I
O
N
S
/Q
2024

Exmo. Sr.

Leopoldo Martins Rodrigues
Presidente da Câmara
Municipal de Castelo Branco
Praça do Município
6000-458 Castelo Branco



Entroncamento, 2024.06.19

ASSUNTO: Parecer e Certificação Legal de Contas Consolidadas

Exmo. Senhor Presidente:

Para os devidos efeitos junto anexo Parecer e Certificação Legal das Contas Consolidadas do Município referentes ao ano de 2023 (Contas Consolidadas).

Apresentamos os nossos melhores cumprimentos.

Atentamente



José de Jesus Gonçalves Mendes

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do **Município de Castelo Branco**, (o Grupo) que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 480 773 milhares de euros e um total de fundos próprios de 398 515 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 6 623 milhares de euros), a demonstração de resultados por natureza consolidada, a demonstração das alterações no património líquido consolidada, a demonstração de fluxos de caixa consolidados, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do **Município de Castelo Branco** em 31 de dezembro de 2023, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes do Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme referido no relatório e contas de 2023 do CATAA, esta é uma entidade pública reclassificada pelo INE e nestes termos deve aplicar o SNC-AP. Em 2023, o CATAA, ainda não aplicou em toda a sua extensão aquele normativo, designadamente no que se refere à implementação e controlo da receita e despesa orçamentais, situação que levou a ainda não integrar o perímetro da contabilidade orçamental da consolidação de 2023. A nossa opinião não é modificada com respeito a esta matéria.

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais consolidadas

Auditamos as demonstrações orçamentais consolidadas anexas do Grupo que compreendem a demonstração consolidada do desempenho orçamental (que evidencia um total de receita total de 180 048 milhares de euros e um total de despesa total de 69 972 milhares de euros) e a demonstração a demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas do Grupo. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais consolidadas anexas estão preparadas, em todos os aspectos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS
(Contas Consolidadas)

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação do Órgão Deliberativo do Município de Castelo Branco o nosso parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidadas do Município de Castelo Branco, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.
2. Na qualidade de Revisores Oficiais de Contas do Município, emitimos a respetiva Certificação Legal de Contas Consolidada que para todos os efeitos, aqui se dá como integralmente reproduzida.
3. No âmbito das nossas atribuições e competências acompanhámos a elaboração das contas consolidadas, tendo recebido dos Serviços Administrativos todos os elementos e esclarecimentos que entendemos necessários para o desempenho das nossas funções.

PARECER DA SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

4. Em face do exposto, não tendo tomado conhecimento de violação da lei somos de parecer que:
 - Que a consolidação de contas 2023, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, está em condições de ser aprovada pela Assembleia Municipal.

Finalmente, os Revisores Oficiais de Contas desejam agradecer ao órgão Executivo e aos Serviços do Município toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Entroncamento, 19 de junho de 2024

Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, SROC, Lda.,
representada por



José de Jesus Gonçalves Mendes
(ROC n.º 833, CMVM n.º 20160459)

